



ARSENAL DO ALFEITE

Relatório e Contas

2014



Índice

Mensagem do Conselho de Administração	6
I – Objectivos da Gestão	8
II – Recomendações do Accionista	9
III – Actividades e Principais Acontecimentos.....	10
<i>Perspectiva sectorial da Actividade</i>	12
<i>Principais actividades comerciais por Sector de Negócio</i>	13
<i>Reparação Naval Militar</i>	13
<i>Reparação Naval Comercial</i>	14
<i>Construção Naval</i>	14
IV – Recursos Humanos	15
<i>Gestão de Recursos Humanos</i>	15
<i>Formação Profissional</i>	17
<i>Acção Social</i>	18
<i>Saúde no Trabalho</i>	19
V – Contratação Pública	20
VI – Deveres Especiais de Informação.....	23
VII – Limites de Endividamento	26
VIII – Perspectivas Futuras	27
IX – Análise Económica e Financeira.....	28
X – Proposta de Aplicação de Resultados.....	34
XI – Cumprimento das Orientações Legais	35

Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota Introdutória	49
1. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	50
2. Principais Políticas Contabilísticas.....	50
2.1. Activos fixos tangíveis.....	50
2.2. Intangíveis.....	53
2.3. Transacções e saldos em moeda estrangeira	53
2.4. Locações.....	53
2.5. Inventários	54
2.6. Activos e passivos financeiros.....	54
2.7. Imparidade de activos financeiros.....	55
2.8. Provisões e passivos contingentes.....	56
2.9. Subsídio	56
2.10. Imposto sobre o rendimento.....	57
2.11. Rédito.....	57
2.12. Trabalhos para a própria entidade	59
2.13. Julgamentos e estimativas.....	59
2.14. Acontecimentos subsequentes.....	60
2.15. Especialização dos exercícios.....	60
3. Políticas de Gestão de Risco Financeiro	61
3.1. Risco de crédito	61
3.2. Risco de liquidez	62
4. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros.....	62
5. Fluxos de Caixa.....	63
6. Partes Relacionadas.....	63
7. Activos Tangíveis	64
8. Activos Intangíveis.....	67
9. Participações Financeiras.....	69

10.	Locações.....	69
10.1.	Locação Financeira	69
10.2.	Locações Operacionais	69
11.	Inventários	70
12.	Clientes	71
13.	Adiantamentos a Fornecedores.....	72
14.	Outras contas a receber	73
15.	Composição do Capital Social , Reservas e Resultados Transitados.....	74
16.	Outras Variações de Capital Próprio.....	75
17.	Fornecedores.....	76
18.	Adiantamentos de Clientes.....	76
19.	Estado e Outros Entes Públicos.....	76
20.	Outras Contas a Pagar	77
21.	Diferimentos	78
22.	Imposto Sobre o Rendimento	79
23.	Rédito.....	81
24.	Subsídios à Exploração.....	82
25.	Fornecimentos e Serviços Externos.....	83
26.	Gastos com Pessoal	84
27.	Outros Rendimentos e Ganhos.....	85
28.	Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização.....	86
29.	Juros e Rendimentos Similares Obtidos.....	86
30.	Contratos de Prestação de Serviços em Curso	86
31.	Resultado por Acção.....	87
32.	Outras Informações.....	87
33.	Eventos Subsequentes	88
34.	Informações Sobre Matérias Ambientais	88

Mensagem do Conselho de Administração



Mensagem do Conselho de Administração

O projecto de internacionalização da Arsenal do Alfeite, S.A. no domínio da Reparação Naval, iniciado em 2012, deu finalmente o resultado esperado, consubstanciado num saldo positivo dos resultados de exploração da empresa no ano que findou.

Em meados do ano transacto, o governo contratou, a consultores externos, um estudo tendente a analisar e propor cenários de evolução e soluções de reestruturação da Arsenal do Alfeite, S.A., estando subjacente a definição e implementação de medidas que garantam a sustentabilidade futura do estaleiro, dando satisfação às necessidades de manutenção da esquadra da Marinha Portuguesa e, ao mesmo tempo, a afirmação em contexto competitivo nos mercados em que a empresa opera.

Neste sentido, foi dada total assistência à equipa de consultores externos com o intuito de transmitir o conhecimento residente e a imagem a mais completa e rigorosa possível, da situação da empresa, de modo a que o diagnóstico a produzir permita a tomada de decisão mais consentânea com o interesse nacional.

Os condicionalismos enumerados no ano transacto, nomeadamente as restrições orçamentais e as limitações à contratação de pessoal, continuaram a existir o que dificultou a operação em mercados concorrenciais (internos ou externos), embora a estratégia de internacionalização adoptada pela empresa tenha permitido diminuir consideravelmente a dependência face ao Orçamento de Estado, representando este ano cerca de 75% do volume de negócios.

Assim a Arsenal do Alfeite, S.A. apresenta um Resultado Líquido de cerca de 2,4 M€, tendo ainda conseguido assegurar a manutenção da globalidade das suas competências, condição necessária mas não suficiente para operar no mercado global.

Continuamos a acreditar na capacitação de produção da Arsenal do Alfeite, S.A. no domínio da Construção Naval, em nichos específicos do desenvolvimento de novos produtos, mas infelizmente não foi ainda possível dar os passos significativos e necessários, para fechar contratos na área das novas construções; aguarda-se com expectativa, que a recentemente criada idD - Plataforma das Industrias de Defesa Nacionais, possa ser dinamizadora da indústria e, possamos em parceria, obter vantagens nos mercados, considerados, pela Arsenal do Alfeite, S.A., como mais promissores.

Quanto aos Projectos especiais, terceiro pilar estratégico da empresa, no caso específico, a manutenção de submarinos, não foi possível assumir a dinâmica desejável conforme previsto, o que impediu uma activa participação na primeira PR do NRP Tridente. No presente ano já foi assegurado o acompanhamento, em Kiel, da PR do NRP Arpão, com o objectivo de permitir ao estaleiro adquirir as competências e os conhecimentos necessários, que projectos desta natureza

implicam. Aguarda-se assim que a transferência de tecnologia seja uma realidade, ao nível da execução, da logística e da avaliação de condição, possibilitando que a Arsenal do Alfeite, S.A. possa, em prazo razoável, mas mínimo, assumir a responsabilidade por este tipo de intervenções.

É desta forma que se espera de todos, compreensão responsável e profissionalismo, ingredientes indispensáveis para garantir a continuidade da actividade económica da empresa, considerado como vector importante de uma estratégia de desenvolvimento.

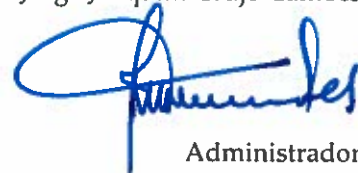
Em fase de análise de novos cenários evolutivos para a Arsenal do Alfeite, S.A. não poderia igualmente o Conselho de Administração deixar de endereçar uma palavra a todos os colaboradores da empresa, a quem se agradece a dedicação e empenho com que, a diversos níveis e de forma distinta, se souberam posicionar, em prol dos objectivos traçados e dar o melhor do seu esforço.

O Conselho de Administração



Administrador

Jorge Joaquim Crujo Camões



Administrador

José Miguel Antunes Fernandes



Administrador

Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado

I – Objectivos da Gestão

Dando cumprimento ao preconizado pelo Artigo 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de Outubro foram emanados pelo Accionista em sede da Assembleia Geral Anual de 24.03.2014, objectivos gerais de gestão para a Arsenal do Alfeite, S.A. no ano de 2014, os quais se centram no necessário equilíbrio económico e financeiro da empresa com a diminuição dos riscos do negócio, enquanto objectivo claro e inequívoco.

No que respeita ao Plano de Actividades, Orçamento aprovado e Plano de Redução de Despesa, o ano de 2014 pautou-se pela manutenção do esforço de redução dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), considerando-se ter sido atingido o patamar máximo de poupanças.

No que respeita ao equilíbrio financeiro, poder-se-á referir que o Resultado Líquido Positivo registado no ano de 2014, no montante de cerca de 2,4 milhões de euros, se traduz como o eco dos esforços desenvolvidos pelo estaleiro no seu processo de internacionalização, não obstante as dificuldades e restrições impostas pelo seu estatuto de Empresa Pública Reclassificada que tanto têm dificultado o desejável equilíbrio de exploração.

Por fim, salienta-se a inexistência da divulgação de quaisquer recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

II – Recomendações do Accionista

A empresa cumpriu as orientações emanadas pelo accionista, nomeadamente as resultantes da Assembleia Geral de aprovação de contas de 2013, bem como as decorrentes das medidas tomadas a nível governamental com impacto nas empresas públicas. Salienta-se, ainda, o cumprimento de todas as deliberações unânimes por escrito emanadas pelo Accionista no decorrer do ano de 2014.

III – Actividades e Principais Acontecimentos

A actividade da empresa caracterizou-se no ano de 2014 por uma forte estabilidade na carteira de encomendas relativamente ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, com a realização das docagens e reparações planeadas do navio patrulha NRP “Zaire” e da corveta NRP “António Enes”. Estes projectos, ambos com génese em 2013, são os primeiros contratos de cariz plurianual a serem celebrados entre a Arsenal do Alfeite, S.A. e a Marinha Portuguesa, passo fulcral no estabelecimento de uma metodologia de relacionamento que potencia e otimiza a exequibilidade dos projectos de reparação planeados, sem existência de barreiras administrativas decorrentes das transições de ano. Os resultados demonstram claramente a imperatividade na existência de planeamento para a indução da carteira de encomendas da Marinha, sob pena de existência de elevada ineficiência nos processos, com perdas para a Arsenal do Alfeite, S.A. e para a Marinha. Cumulativamente, em 2014 existiu uma forte carteira de trabalhos inopinados (Eventuais e Serviços de Reparação Urgentes) executados nos navios da Marinha Portuguesa, com especial incidência nas fragatas das classes “Bartolomeu Dias” e “Vasco da Gama”.

Paralelamente, foi iniciado em Fevereiro de 2014 a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”, materializando o terceiro passo, e a consolidação da vertente internacionalização da actividade do estaleiro, representando o corolário de um esforço de desenvolvimento do negócio para com este cliente internacional, com quem a Arsenal do Alfeite, S.A. tem trabalhado, fortalecido e estreitado relações desde 2012. Recorde-se que a vertente de internacionalização da actividade da empresa, registou a docagem do primeiro navio combatente de uma Marinha estrangeira, mais exactamente o segundo navio da Marinha Real de Marrocos a reparar no estaleiro, a fragata “Hassan II”, em Setembro de 2013 e, em 2012, do BSL “Dakhla”.

Uma vez mais, o apoio dado pelo estaleiro não se resumiu aos aspectos fabris, tendo sido assegurado o apoio logístico à *Commission de Surveillance de la Marine Royale* (similar a uma Missão de Acompanhamento e Fiscalização), desde o alojamento, à alimentação e transportes, que asseguraram o interface usualmente requerido por este tipo de cliente.

A vertente internacionalização, por via dos projectos da Marinha Real de Marrocos, atingiu um patamar de relevância global significativa no negócio do estaleiro, e perspectiva-se uma relação de continuidade para os anos subsequentes, não apenas ao nível das simples docagens, mas

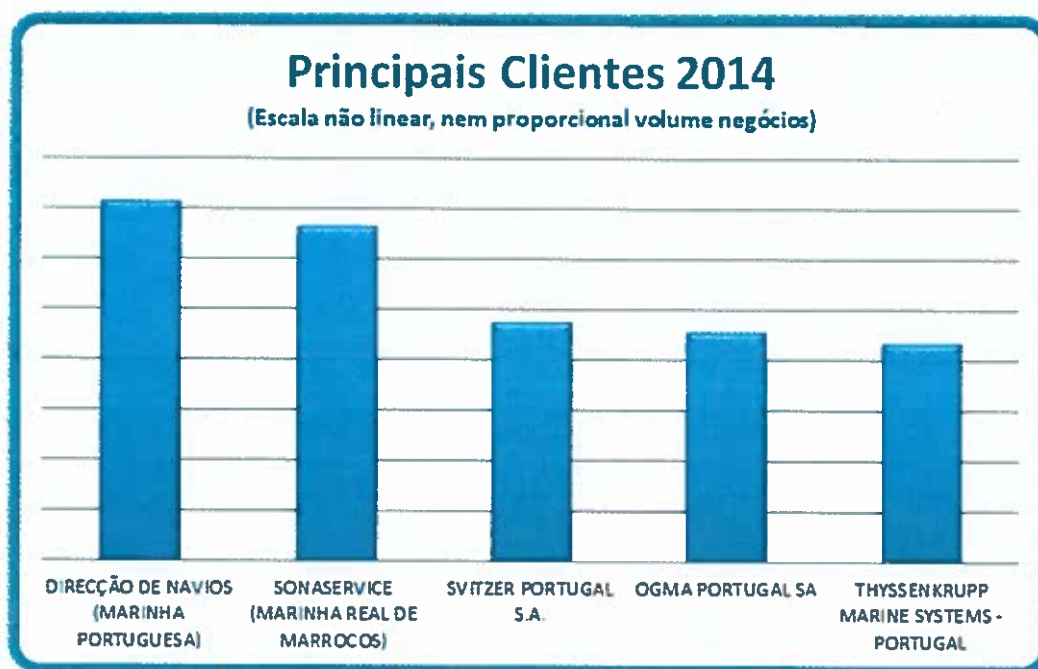
também das grandes intervenções de reparação planeada dos navios da esquadra desta Marinha.

Ainda em 2014, a actividade relativa aos clientes não Marinhas militares (nacionais e estrangeiras), especialmente os privados, foi marginal em termos do impacto na facturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras, para clientes distintos, como sejam a Svitzer, e as OGMA S.A. Este ano projectou claramente a percepção de que o mercado comercial, embora potencialmente atractivo em períodos de menor actividade em obras do cliente principal é, em larga escala, caracterizado por um produto centrado em tecnologias de baixo valor acrescentado, cuja rentabilidade é marginal, e com quase nula incorporação de tecnologias de elevado valor acrescentado, onde a Arsenal do Alfeite, S.A. detém significativas capacidades e vantagem competitiva.

Este facto é justificativo do aparecimento da Svitzer no sector da marinha mercante, e da OGMA S.A. no sector da indústria aeronáutica, como dois dos maiores clientes não ligados a marinhas militares, pela via da utilização da capacidade da Arsenal do Alfeite, S.A. no desenvolvimento de produtos específicos e adaptados, de médio/elevado valor acrescentado.

Ao nível da reparação e manutenção industrial, o ano de 2014 pautou-se por uma estabilização do volume de negócios deste nicho de mercado, embora tenhamos assistido a uma diversificação da carteira de clientes.

Neste contexto, a figura seguinte representa os cinco principais clientes do Estaleiro em 2014. Para além da Marinha Portuguesa, principal cliente, há a destacar a *Sonaservice* (entidade responsável pelo Projecto da Marinha Real de Marrocos). A *ThyssenKrupp Marine Systems – Portugal* foi também um cliente a salientar no ano de 2014, principalmente devido aos trabalhos executados nos submarinos da classe Tridente, dentro do âmbito de garantia e de outros trabalhos da responsabilidade da *ThyssenKrupp Marine Systems*, contratualizados à Arsenal do Alfeite, S.A.



Perspectiva sectorial da Actividade

De forma análoga aos anos de 2012 e 2013, ao nível sectorial da actividade interna, mais exactamente nas actividades das diversas áreas tecnológicas do estaleiro, verificou-se em 2014 alguma atenuação da discrepância de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Electricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, onde estas últimas tiveram um muito reduzido nível de actividade para clientes, relativamente às valências e capacidade instaladas no estaleiro. Esta redução de assimetria só foi possível através da indução de grandes trabalhos no sector do armamento pesado e dos sensores, pela via de uma grande revisão a uma peça Creusot-Loire de 100mm e de recuperação de um volume significativo de elementos SET sonar. Recorda-se que a assimetria tecnológica no perfil da carteira de encomendas é resultante da inexistência de navios militares com real capacidade combatente em reparação no estaleiro no âmbito de acções de manutenção planeada, ou seja, de fragatas em Revisão Intermédia, que per si acarretam uma muito grande incorporação de obra neste sector tecnológico.

Não será demais reforçar que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, bem como da Electrónica representam as actividades que incorporam maior valor acrescentado, e que fazem da Arsenal do Alfeite, S.A. a única entidade nacional que as detém e integra, e que, materializa a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (materializado na Marinha Portuguesa e na Força Aérea Portuguesa),

muitas vezes numa ordem de grandeza insuficiente para colmatar os custos da sua existência, representam um “custo de soberania”, que não se encontra suportado de forma consistente. O espartilhar progressivo dos orçamentos de funcionamento das Forças Armadas tem conduzido à impossibilidade de a Marinha efectuar revisões e reparações planeadas às suas fragatas, e conseqüentemente, do estaleiro manter em pleno a sua actividade nestes sectores específicos. Corre-se hoje o risco, mercê do decréscimo da população fabril por passagens à reforma (sem realimentação de Recursos Humanos devido às barreiras legislativas impostas) e da inactividade por inexistência de obra (que origina perda de competências por insuficiente exposição ao trabalho técnico de elevada complexidade), que as valências e capacidades ainda residentes no estaleiro se desgastem progressivamente até a um patamar de exiguidade, que ditará a sua extinção.

Será ainda importante referir que a existência deste nicho de tecnologia e produtos de elevado valor acrescentado implica um processo de formação e de treino muito longo, dispendioso e que requer uma realimentação frequente, não apenas ao nível da formação de recursos humanos, mas também de actualização de formação e, acima de tudo, de exercício da actividade. Uma simples análise de mercado demonstra que este sector de capacidade do estaleiro é substancialmente mais económico que o recurso à subcontratação, se esta for possível, cifrando-se em diferenciais de acréscimo de preço de mercado sempre superiores a 100% relativamente aos praticados pela Arsenal do Alfeite, S.A. Assim, uma vez extintas as referidas capacidades, o único recurso residirá nos grandes grupos industriais multinacionais do sector, com a incorporação não apenas de custos directos e indirectos substancialmente mais altos, mas também da introdução de factores de perturbação como sejam a inexistência de capacidade de resposta em tempo, a indisponibilidade de capacidade para prestação de serviços, ou mesmo a inexistência das valências pretendidas no mercado. Haverá, por isso que ser equacionado ao nível das instâncias que tutelam a empresa qual o rumo estratégico que se pretende estabelecer, pois dentro do actual, e dos constrangimentos supra mencionados, a extinção a curto prazo destas capacidades será uma realidade.

Principais actividades comerciais por Sector de Negócio

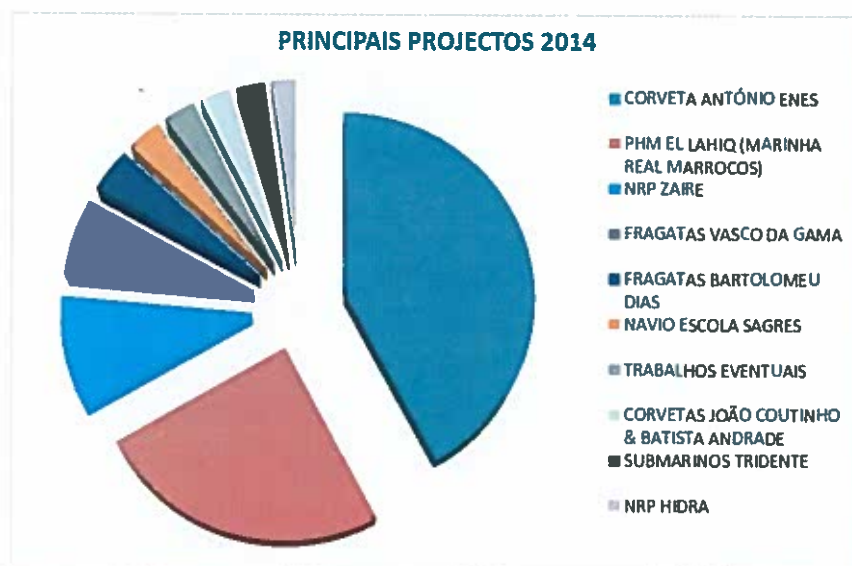
Reparação Naval Militar

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projectos:

Revisão Intermédia + Docagem da corveta “António Enes”, da Marinha Portuguesa;

Revisão Intermédia + Docagem do patrulha “Zaire”, da Marinha Portuguesa;
 Grande Revisão (*Grand Carénage*) do patrulha PHM “El Lahiq” da Marinha Real de Marrocos;
 Docagem da Fragata “Bartolomeu Dias”, da Marinha Portuguesa;
 Docagem da Fragata “Álvares Cabral”, da Marinha Portuguesa;
 Docagem do Navio-escola “Sagres”, da Marinha Portuguesa;
 Pequena Revisão + Docagem da lancha “Dragão”, da Marinha Portuguesa;
 Pequena Revisão + Docagem da lancha “Orion”, da Marinha Portuguesa;
 Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

A Figura seguinte ilustra o impacto relativo dos principais projectos de 2014 no sector da reparação naval militar.



Reparação Naval Comercial

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar os seguintes projectos:

Docagem do rebocador “Lisboa” da Svitzer, S.A.;

Reparação de componentes e subsistemas de bordo, de armadores diversos.

Construção Naval

Ao nível do sector de negócio da Construção Naval, apesar de inúmeras acções desenvolvidas, não há actividade significativa a referir.

IV – Recursos Humanos

Gestão de Recursos Humanos

Partindo de um efectivo de 561 elementos, a Arsenal do Alfeite, S.A., viu diminuir esse número em 45 unidades, fechando o ano com 516 trabalhadores em efectividade de serviço. A redução do efectivo ficou a dever-se a uma política de admissões restritiva e ao elevado número de saídas voluntárias registado.

Em 31 de Dezembro de 2014, o efectivo apresentava a seguinte distribuição, por vínculo:

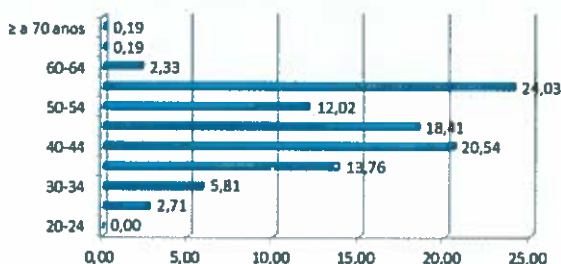
Membros do Conselho de Administração	3
Comissão de serviço	2
Acordo de cedência de interesse público	450 (10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	5
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	34
Contrato de trabalho a termo certo	22

A população caracteriza-se pela sua natureza industrial e por ser maioritariamente masculina, conforme ilustram os gráficos seguintes:



A idade média desceu ligeiramente situando-se nos 46,6 anos e a estrutura habilitacional revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico, apresentando uma configuração semelhante à dos anos anteriores. Regista-se, no entanto, a tendência para a redução das frequências relativas aos primeiro e segundo ciclos do ensino básico.

Estrutura Etária



Habilitações Literárias



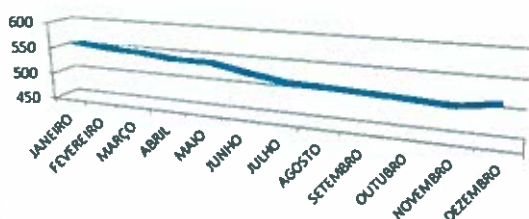
Em 2014 registou-se um ligeiro incremento do absentismo, sendo o índice de ausências de 5,6%. A rotação externa, por sua vez, subiu de modo muito relevante face ao ano anterior, para os 9,7%. Este índice ficou a dever-se ao elevado número de saídas registado (61), a que acrescem 13 suspensões de contrato de trabalho, algumas de duração prolongada. As saídas referem-se, maioritariamente, a aposentação de trabalhadores vinculados por acordo de cedência de interesse público.

O número de entradas subiu para 23, sendo vinte relativas a celebração de contratos de trabalho a termo certo e três referentes a celebração de acordos de cedência de interesse público. A estas entradas acrescem 6 regressos de situação de suspensão contratual.

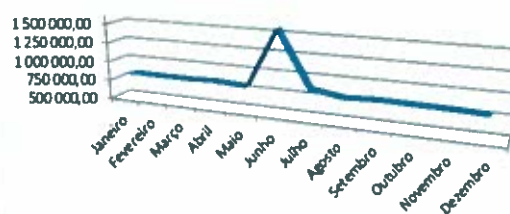
A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas actualizações salariais. Foram, inversamente, aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, particularmente, na Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro e na Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro.

A gestão de carreiras foi, igualmente, condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2014 pela drástica diminuição do efectivo e dos encargos com remunerações permanentes.

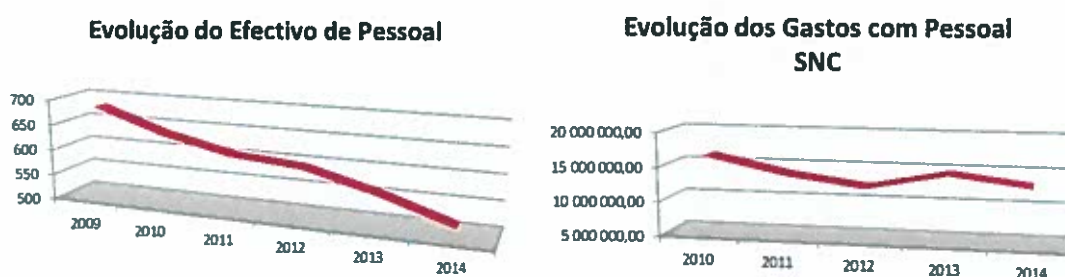
Efectivo em 2014



Remunerações em 2014



A redução do efectivo de pessoal e dos gastos a si associados corresponde à tendência verificada escassos meses após o início da actividade industrial da empresa, em 1 de Setembro de 2009, como comprovam as representações gráficas seguintes. A aparente inversão da tendência dos gastos com pessoal ficou a dever-se à retoma do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, a partir do ano de 2013, e ao aumento gradual da comparticipação da empresa para a Caixa Geral de Aposentação.



Formação Profissional

Assumindo que o reforço da formação profissional enquanto factor potenciador da qualificação dos trabalhadores é determinante para o aumento da produtividade, executou-se o plano de formação para 2014, ajustado às disponibilidades e necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa e à formação ministrada nas escolas da Marinha, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

Número de acções de formação frequentadas	73
Número de horas de formação ministradas	2607,5
Volume de formação ministrado	6309,5
Número de participantes	263

Foram estabelecidos diversos protocolos de parceria com entidades do ensino superior e secundário e da área da formação profissional, destacando-se o celebrado com a ATEC que ministrou, no Serviço de Formação e Desenvolvimento da Arsenal do Alfeite, S.A., aulas práticas oficiais a partir do mês de Outubro de 2014.

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios em contexto de trabalho a 37

estudantes, sendo 5 do ensino superior e os restantes 32 de cursos profissionais do ensino secundário.

Acção Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciado no protocolo celebrado entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite. Beneficiaram do referido protocolo os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 4 anos, nos seguintes quantitativos:

Ano lectivo de 2010/2011 – 35 crianças

Ano lectivo de 2011/2012 – 30 crianças

Ano lectivo de 2012/2013 – 30 crianças

Ano lectivo de 2013/2014 – 20 crianças

Ano lectivo de 2014/2015 - 17 crianças

A acção social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto, destacando-se os torneios de futsal e de pesca, do convívio, destacando-se a maratona nocturna de pesca, o II Passeio de BTT, as comemorações do Natal e do dia do Arsenal do Alfeite, e da cultura, destacando-se o concurso de fotografia e os diversos programas de teatro com preços reduzidos.

No âmbito cultural, realça-se a realização da 5ª edição do “Arsenal Photo”, subordinada ao tema “75 Anos de Memórias do Arsenal do Alfeite”. Este concurso de fotografia, para além da valorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, revelou a actividade profissional como arte e engenho no dia-a-dia, como elemento principal da indústria naval, promovendo a identificação dos trabalhadores com a dinâmica actual da organização.

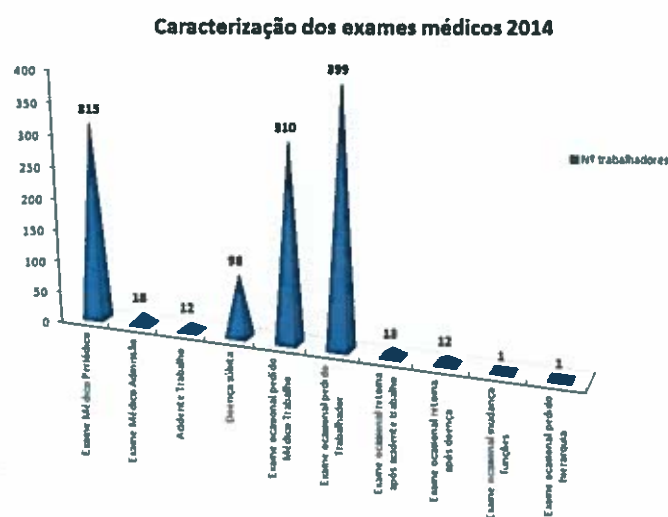
Com o objectivo de apoio directo aos trabalhadores, foram celebradas e renovadas parcerias com várias associações e empresas da área do desporto, das telecomunicações e da saúde.

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue que totalizaram 227 dádivas. Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, a favor de jovens portadores de deficiência.

Em 2014 adoptaram-se medidas de melhoria no refeitório do pessoal, no espaço remodelado no ano anterior, mantendo a preocupação em oferecer melhores condições de alimentação, conforto e salubridade aos utentes.

Saúde no Trabalho

A actividade obrigatória de saúde no trabalho é desenvolvida através de serviço interno. Este, garante as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde, e a prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito conta com os serviços de um médico de medicina do trabalho e de um enfermeiro durante o período normal de laboração.



V – Contratação Pública

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da Contratação Pública vertido no Código dos Contratos Públicos (CPP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, por força do preconizado na subalínea ii), da alínea a) do n.º 2 do Artigo 2º do mencionado diploma.

Os procedimentos adoptados cumpriram o disposto no CPP em matéria de aquisição de bens e serviços, não tendo existido transacções fora das condições de mercado.

Durante o ano de 2014, foram efectuadas 3.521 requisições ao mercado (3.222 em 2013).

Requisições ao Mercado - 2014		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	3.122	88,66%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	311	8,83%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	78	2,22%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	7	0,20%
Superior ou igual a 100.000€	3	0,09%
	3.521	100%

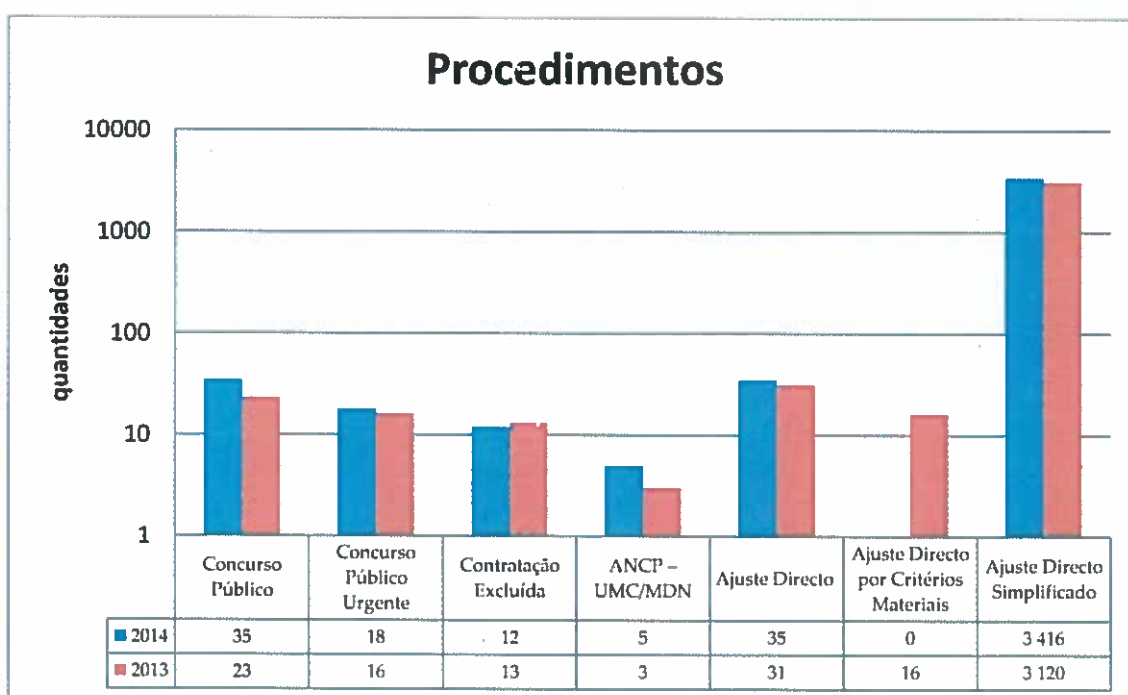
Requisições ao Mercado - 2013		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.801	86,93%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	341	10,58%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	65	2,02%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	9	0,28%
Superior ou igual a 100.000€	6	0,19%
	3.222	100%

Em virtude da actividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, cerca de 89% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adoptado foi o “Ajuste Directo Simplificado”.

No que respeita aos procedimentos de contratação adoptados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do

Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Electricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”, e o recurso a procedimentos mais complexos, nomeadamente o Concurso Público e o Concurso Público Urgente, mesmo quando o valor base da aquisição permitiria adoptar o Ajuste Directo.

Procedimentos de Contratação		
	Quantidades	%
Concurso Público	35	1,00%
Concurso Público Urgente	18	0,51%
Contratação Excluída	12	0,34%
ANCP – UMC/MDN	5	0,15%
Ajuste Directo	35	1,00%
Ajuste Directo por Critérios Materiais	-	-
Ajuste Directo Simplificado	3.416	97,00%
	3.521	100%



No que respeita à existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços, salienta-se que o Manual do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho da Arsenal do Alfeite, S.A. (cuja última revisão ocorreu em Janeiro de 2013) prevê a monitorização e controlo dos procedimentos de Contratação Pública.

Neste âmbito foram aprovados em 2012, mantendo-se inalterado em 2014, os seguintes documentos contendo os procedimentos internos aplicáveis nesta área:

- ❖ PCA 01A – Aquisição de bens e serviços;
- ❖ PCA 02A – Aquisição e recepção de empreitadas;
- ❖ PCA 03A – Avaliação de Fornecedores.

A avaliação do devido cumprimento das regras previstas nos procedimentos acima elencados é efectuada mediante 1 auditoria externa e outra interna, com frequência anual.

Nos termos do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de Maio, não foram efectuados pela empresa, contratos de prestação de serviços de consultoria técnica com valor superior a 125.000,00€.

No ano de 2014, não foram celebrados contratos com valor superior a 5 Milhões de Euros.

VI – Deveres Especiais de Informação

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de prestação de informação das Entidades Públicas Reclassificadas no perímetro das administrações públicas na óptica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A. presta informações às seguintes entidades

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei nº 57/2011, de 28 de Novembro, a AASA procedeu ao carregamento e actualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO)

Em conformidade com o artigo 57º do diploma de execução orçamental, Decreto-Lei nº 52/2014, de 7 de Abril, procede-se, mensalmente, ao carregamento dos encargos com o pessoal no SIGO.

Sistema de Notação Estatístico Nacional

Nos termos da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, procede-se ao preenchimento do Inquérito aos Empregos Vagos, do Inquérito aos Ganhos e Duração do Trabalho e do Inquérito ao Custo da Mão-de-obra.

Relatório Único

Este relatório anual sobre a actividade social da empresa é imposto pelo artigo 32º da Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro e regulado pela Portaria n.º 55/2010, de 21 de Janeiro.

Informação sobre rescisões, requalificação e aposentações

Apuramento mensal para reporte à DGO no âmbito do controlo orçamental, através da entidade coordenadora do MDN.

Execução Orçamental do Estado para 2014

Em conformidade com o Artigo 57º do diploma de execução orçamental, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 52/2014, de 07 de Abril, a Arsenal do Alfeite, S.A. procede à prestação da seguinte informação:

		Periodicidade	Prazo
Contas de Execução Orçamental - Receitas e Despesas	SIGO	Mensal	10
Alterações Orçamentais - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	Serviços Online	Mensal	15
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 5º dia Útil
Compromissos e Contas a Pagar	SIGO	Mensal	10
Informação relativa à Unidade de Tesouraria	Serviços Online	Trimestral	15
Declaração de Compromissos plurianuais e de Pagamentos em atraso	Serviços Online	Anual	31-Mar
Compromissos Plurianuais	SIGO	Actualização permanente	--
Previsão Mensal da Execução	Serviços Online	Mensal	Calendário Específico
Balanzo e Demonstração dos Resultados Previsionais do ano	Serviços Online	Trimestral	Até ao dia 30 do mês seguinte
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Trimestral	Até ao final do mês seguinte, após o trimestre
Estimativa do Balanzo e Demonstração dos Resultados	Serviços Online	Anual	28 de Fev do ano seguinte
Balancete Analítico Previsional para o Ano em Curso e Seguintes	Serviços Online	Trimestral	Até ao final do mês seguinte, após o trimestre

Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade
Inquérito aos Empregos Vagos	Serviços Online	Trimestral
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços Online	Mensal
Inquérito Anual à Produção Industrial (IAPI)	Serviços Online	Anual
Índice de Custo do Trabalho (ICT)	Serviços Online	Trimestral
Inquérito aos Trabalhos de Reparação – Comércio Internacional – Exportação (IREPEXP)	Serviços Online	Mensal
Inquérito ao Custo de Mão-de-Obra (ICMO)	Serviços Online	Anual

Prestação de Informação à Empordef

	Periodicidade	Prazo
Demonstrações Financeiras - Balanço / DR/ Disponibilidades/ DFC	Mensal	15
Relatório de Controlo de Gestão	Mensal	15
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores	Mensal	15
Responsabilidades Contingentes	Mensal	15
Dividas Vencidas (art 1º DL nº 65-A/2011)	Mensal	15
Avaliação do Cumprimento Plano Red Custos Operacionais (Despacho nº 902/11 - SETF)	Mensal	15
Acompanhamento do Passivo Remunerado		N/A
Endividamento Remunerado		N/A
Execução Esforço Financeiro Público		N/A
Execução Acompanhamento Passivo Remunerado		N/A
Execução Responsabilidades com Pensões		N/A
Execução dos Indicadores Actividade	Mensal	31
Execução da Unidade Tesouraria do Estado	Mensal	31

VII – Limites de Endividamento

Tendo em consideração o preconizado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, foi dado o devido cumprimento ao determinado quanto aos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para o ano de 2014, apurados nos termos das orientações do ofício-circular de instruções para elaboração dos IPG-2014.

Assim, não foi efectuada, no ano de 2014, qualquer despesa que exceda o limite acima mencionado.

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa Média de Financiamento (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var.Absol.	Var. %
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
... dos quais concedidos pela DCTF	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por dotação	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumentos de capital por conversão créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
Endividamento Ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00

VIII – Perspectivas Futuras

O ano de 2014 encerrou com resultados positivos, fruto dos esforços desenvolvidos pelo estaleiro não obstante as evidentes dificuldades económicas por todos sentidas.

Perspectiva-se que 2015 seja um ano de desafios e um virar de página, tendo nomeadamente em consideração a singularidade da carteira de obras que se espera para o estaleiro.

No que se refere à Marinha Portuguesa, e pela primeira vez na história da Arsenal do Alfeite, S.A., perspectiva-se a realização de um programa de reparação, modernização e *upgrade* de uma nova classe de navios, nomeadamente os quatro patrulhas STANFLEX 300, adquiridas por Portugal à Dinamarca, estando prevista a chegada dos dois primeiros no primeiro semestre de 2015.

Além destes navios, prevê-se a conclusão do projecto Zaire, a docagem da Sagres, bem como o aprontamento das fragatas Vasco da Gama e D. Francisco de Almeida para a sua integração de forças internacionais.

No que se refere ao segmento do mercado da manutenção militar naval internacional, julgamos dever destacar o papel preponderante assumido pela Marinha Real de Marrocos nos resultados positivos obtidos, sendo dada continuidade ao projecto “El Lahiq” que se iniciou no ano de 2014.

No segmento das construções, onde oferecemos pequenas lanchas complexas (L145 e L280) estamos cientes da dificuldade de penetração no mercado, mas acreditamos na potencialidade do produto e continuamos empenhados na concretização do primeiro contrato nesta área.

Por ultimo, no segmento dos Projectos Especiais, pensamos estar a reunir as competências de forma a assegurarmos uma oferta consistente e competitiva.

Assim, antevê-se um ano de grande exigência e de necessidade de empenho e dedicação de todos, mas também o que poderá ser o ano da confirmação da tendência de recuperação e crescimento do negócio da empresa, tendo sempre em vista a sua internacionalização.

IX – Análise Económica e Financeira

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2014	2013
Resultado Líquido	2.366,75	-4.890,43
Resultado Operacional/Rendimentos Operacionais	10,3%	-32,5%
Resultado Líquido/Rendimentos Operacionais	10,7%	-30,6%
Resultado Líquido/Capital Próprio	2,7%	-5,8%

A AASA encerrou o exercício financeiro de 2014 com um resultado líquido positivo de 2.367 milhares de euros, o que representa um aumento de 7.257 milhares de euros relativo ao exercício anterior.

A melhoria do resultado líquido decorreu sobretudo da melhoria significativa dos resultados operacionais.

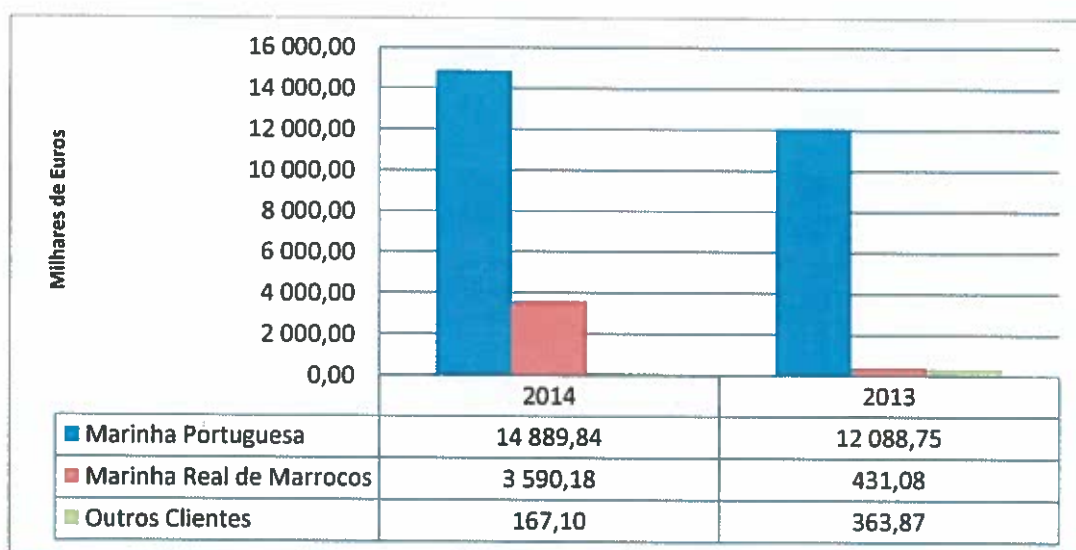
	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2014	2013
Rendimentos Operacionais	22.025,00	15.955,91
Gastos Operacionais	19.748,72	21.138,71
Resultado Operacional	2.276,28	-5.182,80
Resultado Financeiro	360,72	358,81
Imposto sobre o Rendimento do Período	-270,25	-66,45
Resultado Líquido do Período	2.366,75	-4.890,43

O resultado operacional registou uma evolução favorável em relação a 2013.

Os rendimentos operacionais atingiram 22.025 milhares de euros, correspondendo a um acréscimo de cerca de 38% face ao período homólogo.

	2014	2013
Vendas	36,63	132,57
Serviços Prestados	18.610,49	12.751,13
Subsídios à Exploração	16,34	10,18
Trabalhos para a Própria Entidade	213,05	154,69
Outros Rendimentos e Ganhos	3.148,49	2.907,34
Rendimentos Operacionais	22.025,00	15.955,91

Este acréscimo foi a resultante de um acréscimo significativo da eficiência dos nossos serviços fabris que asseguraram i) a criação de valor económico de 2,8 Milhões de Euros, para a Marinha Portuguesa, num contexto de estabilidade de encomendas e de transferências financeiras e (ii) na consolidação da vertente de internacionalização com a grande reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”.



De salientar que os rendimentos operacionais incluem o montante de 2.811,94 milhares de euros referente ao subsídio do governo não monetário associado à concessão dos activos não correntes (2.857,86 milhares de euros – 2013). O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

Os gastos operacionais registaram um decréscimo de 1.390 milhares de euros face ao ano anterior particularmente visível ao nível dos gastos com pessoal (-1.443 milhares de euros).

Salienta-se o desenvolvimento de esforços na racionalização de gastos com materiais de estaleiro e com fornecimentos e serviços externos;

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2014	2013
CMVMC	1.124,27	1.189,95
FSE	2.045,85	1.771,13
Gastos Pessoal	13.157,53	14.600,12
Imparidade	-	48,90
Outros Gastos e Perdas	19,65	50,97
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	3.401,41	3.477,63
Gastos Operacionais	19.748,72	21.138,71

Os fornecimentos e serviços externos sofreram no cômputo global um incremento de 16% face ao ano anterior, resultante essencialmente do acréscimo verificado no volume de negócios. Observaram-se crescimentos nas rubricas de subcontratos e seguros (seguro de responsabilidade marítima).

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2014	2013
Subcontratos	588,93	295,65
Trabalhos Especializados	77,24	79,37
Publicidade e Propaganda	4,75	5,49
Vigilância e Segurança	94,31	94,29
Honorários	48,45	54,71
Conservação e Reparação	86,70	63,22
Materiais	44,12	18,20
Electricidade	368,49	374,42
Combustíveis	30,96	41,51
Gás	46,74	43,68
Deslocações, Estadas e Transporte	31,97	24,41
Rendas e Alugueres	171,15	236,17
Comunicação	19,82	22,19
Seguros	172,84	107,98
Contencioso e Notariado	1,26	0,98
Despesas de Representação	6,86	13,75
Limpeza, Higiene e Conforto	245,08	249,55
Diversos	6,20	45,58
	2.045,85	1.771,13

Os gastos com pessoal ascenderam a 13.157,53 milhares de euros recuando 1.442,59 milhares (9,9%) face aos valores de 2013, provocado (i) pela diminuição do número de efectivos e (ii) pela reposição no exercício de 2013 dos subsídios (férias e natal) aos funcionários do Estado.

(Valores
expressos em
Milhares de
Euros)

	2014	2013
Órgãos Sociais		
Remunerações	200,33	144,73
Encargos sobre Remunerações	43,99	29,29
Seguro de Saúde	1,23	1,47
	<u>245,56</u>	<u>175,49</u>
Pessoal		
Remunerações	10.172,08	11.569,37
Encargos sobre Remunerações	2.357,22	2.296,96
ADSE	109,34	266,00
Seguro de Saúde	23,11	16,52
Seguro de Acidentes no Trabalho	141,44	148,79
Gastos de Acção Social	47,54	70,66
Outros Gastos	61,24	56,34
	<u>12.911,99</u>	<u>14.424,63</u>
	<u>13.157,53</u>	<u>14.600,12</u>

Números de RH no final do período

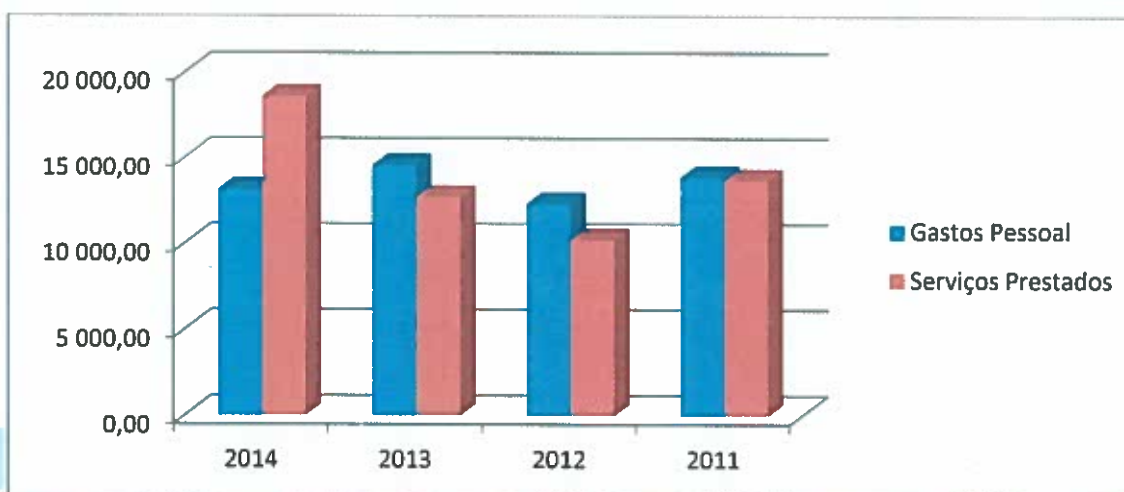
516

561

Os resultados financeiros que à data de 31 de Dezembro ascenderam a 360,72 milhares de euros, resultam essencialmente da remuneração do empréstimo concedido à Empordef.

A conjugação das componentes anteriormente referidas teve por consequência a obtenção de um resultado líquido positivo de 2.366,75 milhares.

No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução dos gastos com pessoal e dos proveitos com serviços prestados, onde se pode observar que no ano de 2014 o réditio com serviços prestados foi suficiente para fazer face aos gastos fixos com pessoal.



Situação Financeira e Patrimonial

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2014	2013
Activo não corrente	82.917,88	86.083,22
Activo corrente	25.891,84	24.592,03
Total do Activo	108.809,72	110.675,25
	2014	2013
Capital próprio	86.708,16	84.869,64
Passivos não correntes	17.261,28	19.524,99
Passivos correntes	4.840,28	6.280,62
Total do Capital Próprio e Passivo	108.809,72	110.675,25

O total do activo líquido em 31 de Dezembro de 2014 era de 108.809,72 milhares de euros, tendo registado um decréscimo de 2% em relação a 31 Dezembro de 2013.

O nível de investimento em activos tangíveis realizado em 2014 no montante de 239,66 milhares de euros, não superou as depreciações do ano no montante de 3.461,87 milhares de euros.

Salienta-se que o montante de depreciações referente a activos transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão ascende a 2.811,94 milhares de euros.

A nível do activo corrente, destaca-se o aumento ocorrido na rubrica de “Caixa e Equivalentes a Caixa” que à data de 31 de Dezembro de 2014 apresentava um saldo de 6.321,27 milhares de euros (5.757,43 milhares de euros em 2013).

O **capital próprio** da Empresa aumentou de 84.869,64 milhares de euros para 86.708,16 milhares de euros em consequência do reconhecimento do subsídio do governo não monetário, do ajustamento em subsídios resultado da redução da taxa de imposto e do resultado positivo do exercício de 2014 (2.366,75 milhares de euros).

A diminuição do **passivo não corrente** está relacionada com o reconhecimento anual do subsídio do governo não monetário associado à concessão dos activos não correntes e da alteração da taxa de IRC.

A diminuição do **passivo corrente** observado no ano (1.440,34 milhares de euros) está principalmente relacionado com : (i) a diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores, (ii) variação dos rendimentos a reconhecer dos contractos de prestação de serviços em curso à data do balanço (562,97 milhares de euros), e (iii) a diminuição das dívidas ao Estado – IVA (810,74 milhares de euros).

X – Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, o Conselho de Administração propõe a distribuição do Resultado Líquido de 2.366.750,78 Euros, da seguinte forma:

Reserva Legal	€ 118.337,54
Resultados Transitados	€ 2.248.413,24
Resultado Líquido	€ 2.366.750,78

Almada, 20 de Março de 2015.

O Conselho de Administração

Administrador



Jorge Joaquim Crujo Camões

Administrador



José Miguel Antunes Fernandes

Administrador



Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado

XI – Cumprimento das Orientações Legais

Objectivos de gestão

Ponto reflectido no ponto I do presente relatório.

Gestão do Risco Financeiro e Endividamento

Ponto reflectido no ponto VII do presente relatório.

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos e Atrasos nos Pagamentos

O governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, o programa “Pagar a Tempo e Horas”, com o objectivo de reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas.

Por via do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio, foi ainda prevista a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), bem como a estratégia para a sua diminuição.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2014 e 2013, nos termos legislação acima mencionada, encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	72,77	67,88	- 7%

Em 31 de Dezembro de 2014, as dividas a fornecedores da Arsenal do Alfeite, S.A. eram inferiores a 90 dias.

Dividas Vencidas	Dividas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0 – 90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	149.611,30	-	-	-	-
Aq. de Capital	1.666,45	-	-	-	-
Total	151.277,75	-	-	-	-

Resultados Obtidos/Recomendações do Accionista

Ponto reflectido no ponto II do presente relatório.

Remunerações

Dos Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruta	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
2012-2014	Presidente	João Carlos Polido Carvalhinho	0,00	0,00	0,00	0,00
2012-2014	Secretário	Dina Filipa Fernandes Silva	0,00	0,00	0,00	0,00

- ❖ Reduções Remuneratórias previstas no Artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012 não aplicáveis uma vez que este órgão social não auferir qualquer remuneração.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Entidade	OPRLO Pagadora (O/D)
			Doc	Data		
2012-2014	Presidente	Jorge Camões (*)	AG	23-Mar-12	n.a	n.a
2012-2014	Vogal	Miguel Fernandes	AG	23-Mar-12	n.a	n.a
2012-2014	Vogal	Francisco Salvado	AG	23-Mar-12	Marinha	D

(*) Funções executivas e remunerações pela AASA a partir de Maio de 2014.

Nome	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores Mensais Bruto €	
			Remuneração Base (**)	Despesas Representação
Jorge Camões (*)				
01.01.2014 a 31.05.2014	S	C	4.146,33	1.530,95
01.06.2014 a 12.09.2014	S	C	4.711,73	1.739,72
13.09.2014 a 31.12.2014	S	C	4.240,56	1.565,74
Miguel Fernandes				
01.01.2014 a 31.05.2014	S	C	3.317,06	1.224,76

01.06.2014 a 12.09.2014	3.769,38	1.391,77
13.09.2014 a 31.12.2014.	3.392,45	1.252,60
Francisco Salvado		
01.01.2014 a 31.05.2014	4.076,00	1.504,98
01.06.2014 a 12.09.2014	4.631,81	1.710,21
13.09.2014 a 31.12.2014.	4.168,63	1.539,19

Nota: EGP – Estatuto do Gestor Público; (**) Inclui subsídio de Natal em duodécimos

Nome	Variável	Fixa	Outra	REMUNERAÇÃO ANUAL (EUROS)		Bruta após Reduções
				Redução Lei n.º 12- A/2010	Redução (Lei OF) (**)	
Jorge Camões (*)	---	57.033,76	---	- 2.060,19	- 2.087,64	52.885,93
Miguel Fernandes	---	66.196,94	---	- 2.380,67	- 3.340,25	60.476,02
Francisco Salvado	---	81.342,70	---	- 2.925,37	- 4.104,48	74.312,85

Nome	BENEFÍCIOS SOCIAIS (Euros)								
	Subsídio de Refeição		Regime de Protecção Social		Seguro			Outros	
	Valor/Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Valor	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Seguro de acidentes Pessoais	Identificar	Valor
Jorge Camões (*)	5,00	700,00	Segurança Social	8.690,06	254,84		502,64		
Miguel Fernandes	5,00	1.075,00	Segurança Social	14.400,52	976,73		569,66		
Francisco Salvado	5,00	1.065,00	CGA / ADSE	17.686,38			700,00		

GASTOS COM COMUNICAÇÕES MÓVEIS (Euros)			
Nome	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Jorge Camões (*)	50	470,32	
Miguel Fernandes	50	232,16	
Francisco Salvado	50	387,16	

ENCARGOS COM VIATURAS									
Nome	Viatura Atribuída	Celebração de	Valor de Referência	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda	Gasto Anual	N.º de Prestações

		Contrato da Viatura				Mensal	com	Contratuais	
							Rendas	Remanescentes	
Jorge									
Camões (*)	S	S	31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,62	3.321,29	42
Miguel									
Fernandes	S	S	40.487,85	AOV	07/2010	07/2014	972,36	6.646,47	-
Fernandes									
			31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,63	3.321,29	42
Francisco									
Salvado	S	S	40.965,39	AOV	07/2010	07/2014	1.021,79	5.298,44	-
Salvado									
			31.980,00	AOV	07/2014	07/2018	562,63	3.321,29	42

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS AS VIATURAS (EUROS)						
Nome	Platond Anual	Combustivel	Portagens	Outras Reparações	Seguro	Observações
Jorge Camões (*)	3.270,67	1.812,69	1.276,25			
Miguel Fernandes	3.841,30	2.700,49	749,21			
Francisco Salvado	4.720,17	2.633,83	938,70			

GASTOS ANUAIS ASSOCIADOS A DESLOCAÇÕES EM SERVIÇO (Euros)						
Nome	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras Identificar	Valor	Gastos Totais com Viagens
Jorge Camões(*)		1.615,35	412,85			2.028,20
Miguel Fernandes		1.630,75	412,85			2.043,60
Francisco Salvado		5.908,45	993,35			6.901,80

* Até Maio de 2014, o Presidente do Conselho de Administração, Jorge Joaquim Crujo Camões, não auferiu qualquer remuneração pelo exercício do cargo, com excepção das ajudas de custo, nos termos, condições e valores definidos na legislação aplicável, conforme Deliberação Unânime por Escrito do Accionista de 30.04.2012.

Adicionalmente à informação vertida nas tabelas supra, salienta-se que foi dado integral cumprimento à legislação aplicável em matéria de remunerações, destacando-se as seguintes:

- ❖ Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Artigo 41º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro;
- ❖ Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do Artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%

Fiscalização

Fiscal Único

Mandato		Identificação		Designação		Remuneração (€)		Nº de Mandatos
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Número	Doc	Data	Límite Fixado	Contratada	Exercidos na Empresa
2012-2014	Fiscal Único	PWC - SROC	183	AG	23-Mar-12	N	S	1

REMUNERAÇÃO ANUAL (Euros)				
Nome	Bruta (€)	Redução (Lei OE) (€)	Bruta Após Redução (€)	Observações
PWC - SROC	14.600,00	---	14.600,00	Revisão Legal

- ❖ Para efeitos das reduções remuneratórias previstas no Artigo 33º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, informa-se que o contrato celebrado com o Fiscal Único acima identificado para o triénio de 2012-2014 já fora objecto da devida redução em 2012, tendo passado de um valor inicial de € 16.200,00 anuais para € 14.600,00.

Dos restantes trabalhadores

A política salarial da Arsenal do Alfeite, S.A no ano de 2014 subordinou-se às orientações do Governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas actualizações salariais. Foram, inversamente, aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução de despesa previstas, particularmente, na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Artigos 33º e seguintes).

Estatuto do Gestor Público

Tendo em consideração o disposto no Artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 08/2012, de 18 de Janeiro, destaca-se a ausência de qualquer utilização de cartões de crédito e/ou outros instrumentos de pagamento por parte do Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A., tendo por objecto a realização de despesas ao serviço da empresa.

Por outro lado, inexistiu igualmente o reembolso de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Contratação Pública

Ponto reflectido no ponto VII do presente relatório.

Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado

No que respeita aos procedimentos de contratação adoptados, releva-se o recurso ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) através da Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Defesa (UMC/MDN) no procedimento de aquisição agregada de “Electricidade”, “Comunicações Móveis” e “Combustíveis Rodoviários em postos de abastecimento públicos”.

Medidas de Redução de Gastos Operacionais

À semelhança do ano anterior, continuaram a ser implementadas e cumpridas as medidas tendentes à redução dos gastos operacionais, aprovadas no âmbito do Plano de Redução de Custos, nomeadamente no âmbito dos gastos com comunicações, ajudas de custo e deslocações e redução do número de efectivos e de cargos dirigentes, conforme se depreende do quadro que se segue:

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Absoluta	%	Absoluta	%
		Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	2014/2013		2014/2010	
EBITDA										
(1) CMVMC (m€)		1.124	1.190	1.169	1.068	2.279	-66	-6	-1.155	-51
(2) FSE (m€)		2.046	1.771	2.164	2.727	4.734	276	14	-2.688	-57
Deslocações/Estadas	Em linha com 2013	31	24	42	39	79	7	23	-48	-61
Ajudas de Custo	Em linha com 2013	6	9	9	17	50	-3	-33	-44	-88
Comunicações	Em linha com 2013	20	22	29	49	46	-2	-9	-26	-57
(3) Gastos com Pessoal		13.158	14.600	12.355	13.927	16.349	-1.442	-10	-3.191	-20

(m€)										
(3.1) Dos quais indemnizações	n.a									
(4) Total Gastos = (1)+(2)+(3)-(3.1))		16.328	17.616	15.768	17.827	25.537	-1.288	-7	-5.921	-25
(5) Volume de Negócios		18.647	12.884	10.325	13.731	26.885	5.763	31	-8.238	-31
Peso dos Gastos/ VN (%)		88	137	153	130	88	-49	-36	0	0
Número RH	-3% face 2012	516	558	594	608	635	-42	-8	-119	-19
N.º Efectivos		513	555	591	605	632	-42	-8	-119	-19
Nº Cargos de Direcção		3	3	3	3	3	0	0	0	0
N.º Efectivos / Cargos Direcção		516	558	594	608	635	-42	-8	-119	-19
Viaturas										
N.º de viaturas (AOV)		7	16	n.a	n.a	n.a	-9	-56	n.a	n.a
Gastos com as viaturas (€)		57.087	152.393	n.a	n.a	n.a	-95.306	-63	n.a	n.a

Tendo em consideração os valores constantes das tabelas supra, constata-se que o peso dos gastos no volume de negócio na variação 2014/2010 se manteve igual, tendo diminuído significativamente quando comparado com a variação 2013/2010.

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Tendo em consideração o vertido no Artigo 123º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, informa-se do cabal cumprimento dado ao princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, verificando-se um depósito de 96,5% das disponibilidades no IGCP em 31.12.2014.

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não se verificaram, no ano de 2014, quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

Informação divulgada a 31.12.2014 no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identificação dos Órgãos Sociais	X			
Identificação das Áreas de Responsabilidade do CA		X		
Identificação de Comissões Existentes na Sociedade			X	
Identificar Sistemas de Controlo de Riscos	X			
Remunerações dos Órgãos Sociais	X			Informação constante dos R&C dos diversos anos
Regulamentos Internos e Externos	X			Informação constante igualmente da Intranet disponível para todos os trabalhadores
Transacções fora das Condições de Mercado	X			Informação constante dos R&C dos diversos anos
Transacções Relevantes com Entidades Relacionadas	X			Informação constante dos R&C dos diversos anos
Análise de Sustentabilidade Económica, Social, Ambiental	X			
Código de Ética	X			
Relatório e Contas	X			
Provedor do Cliente			X	

Sistematização da Informação

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de Actividade e Orçamento:					
Equilíbrio Financeiro da Empresa	x				Ponto I do Relatório & Contas
Redução da despesa - Gastos com Pessoal	x			100%	Ponto I do Relatório & Contas
Redução da despesa - Gastos com FSE	x			100%	Ponto I do Relatório & Contas
Gestão do Risco Financeiro					
Limites de Crescimento do Endividamento	x			Sem endividamento	Ponto VII do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores	x			Variação de -34% 4/1/2014/4/1/2013	Aumento da actividade no ano de 2014.
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			100%	Pontos XI do Relatório & Contas - A 31/12/2014, todas as dívidas a fornecedores eram inferiores a 90 dias
Recomendações do accionista na aprovação de contas:					
Cumprimento dos objectivos de gestão	x			Não aplicável	Ponto I do Relatório & Contas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	x			9.532,37 Euros	Ponto XI do Relatório & Contas
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artigo 73º da Lei 83-C/2013	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Resistentes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	x				Ponto XI do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 39º da Lei 83-C/2013	x			Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Artigo 32º do I.G.P					
Utilização de cartões de crédito			x	Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Reembolso de despesas de representação pessoal			x	Não aplicável	Ponto XI do Relatório & Contas
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	x			Não aplicável	Ponto V do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			x	Não aplicável	Ponto IV do Relatório & Contas
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	Não aplicável	
Auditorias do Tribunal de Contas			x	Não aplicável	Não existiu qualquer recomendação do Tribunal de Contas
Parque Automóvel	x			Redução de 56% das viaturas em AOV	Ponto XI do Relatório & Contas
N.º de viaturas					
Gastos com viaturas					
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (Artigo 61º da Lei n.º 83-C/2013)	x			Vide tabela	Ponto XI do Relatório & Contas
Redução de trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 83-C/2013)					
Nº de trabalhadores	x			Variação de menos 7,06% face a 2013	Ponto IV do Relatório & Contas
Nº de cargos dirigentes	x			Variação de 0% face a 2013	Ponto IV do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123º da Lei n.º 83-C/2013)	x			96,5% em 31/12/2014	Ponto XI do Relatório & Contas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2014	31.12.2013
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	8	82.910.932,55	86.067.904,54
Activos intangíveis	9	1.899,40	4.659,72
Participações financeiras - outros métodos	10	854,35	500,00
Activos por impostos diferidos	23	4.190,98	10.159,01
Total de activos não correntes		82.917.877,28	86.083.223,27
Activos correntes			
Inventários	12	404.538,24	432.954,60
Clientes	13	414.268,83	227.235,42
Estado e outros entes públicos	14	93.065,54	-
Outras contas a receber	15	18.639.589,20	18.161.412,27
Diferimentos	22	19.112,11	12.996,80
Caixa e equivalentes a caixa	6	6.321.266,17	5.757.429,15
Total de activos correntes		25.891.840,09	24.592.028,24
TOTAL DO ACTIVO		108.809.717,37	110.675.251,51
Capital próprio			
Capital realizado	16	32.400.000,00	32.400.000,00
Reserva legal	16	178.325,86	178.325,86
Resultados Transitados	16	-10.034.675,37	-5.144.241,80
Outras variações no capital próprio	17	61.797.756,60	62.325.991,67
Resultado líquido do período		2.366.750,78	-4.890.433,57
Total do capital próprio		86.708.157,87	84.869.642,16
Passivos não correntes			
Outras contas a pagar	17	17.261.284,17	19.524.990,67
		17.261.284,17	19.524.990,67
Passivos correntes			
Fornecedores	18	242.676,84	748.458,86
Estado e outros entes públicos	19	295.389,51	-
Financiamentos obtidos	20	802.539,51	1.439.766,98
Outras contas a pagar	21	2.762.363,14	2.792.117,29
Diferimentos	22	737.306,33	1.300.275,55
Total de passivos correntes		4.840.275,33	6.280.618,68
TOTAL DO PASSIVO		22.101.559,50	25.805.609,35
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		108.809.717,37	110.675.251,51

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	16 e 17	32.400.000,00	178.325,86	- 5.144.241,80	62.325.991,67	-4.890.433,57	84.869.642,16
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				1.594.780,81		1.594.780,81
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				688.925,69		688.925,69
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17				-2.811.941,57		-2.811.941,57
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2012				-4.890.433,57		-4.890.433,57	0,00
			0,00	-4.890.433,57	-528.235,07	-4.890.433,57	-528.235,07
Resultado Líquido do Período						2.366.750,78	2.366.750,78
Resultado Integral							1.838.515,71
Operações com Detentores de Capital no Período							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	16 e 17	32.400.000,00	178.325,86	-10.034.675,37	61.797.756,60	2.366.750,78	86.708.157,87

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2014

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em Euros)							
	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2012 (reexpresso)	17 e 18	32.400.000,00	178.325,86	350.425,67	62.775.496,03	-5.494.667,47	90.209.580,09
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				1.651.019,65		1.651.019,65
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				757.331,78		757.331,78
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18				-2.857.855,79		-2.857.855,79
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2012	17			-5.494.667,47		5.494.667,47	0,00
			0,00	-5.494.667,47	-449.504,36	5.494.667,47	-449.504,36
Resultado Líquido do Período						-4.890.433,57	-4.890.433,57
Resultado Integral							-5.339.937,93
Operações com Detentores de Capital no Período							
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	17 e 18	32.400.000,00	178.325,86	-5.144.241,80	62.325.991,67	-4.890.433,57	84.869.642,16

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2014	31.12.2013
Vendas e Serviços prestados	24	18.647.117,72	12.883.696,87
Subsídios à exploração	25	16.343,78	10.184,43
Trabalhos para a própria entidade	8	213.046,10	154.689,70
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1.124.271,68	-1.189.952,43
Fornecimentos e serviços externos	26	-2.045.848,51	-1.771.134,57
Gastos com pessoal	27	-13.157.534,90	-14.600.124,70
Imparidade de dívidas a receber	13	-	-48.901,07
Outros rendimentos e ganhos	28	3.148.489,76	2.907.343,63
Outros gastos e perdas		-19.654,84	-50.969,29
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5.677.687,43	-1.705.167,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	29	-3.401.408,01	-3.477.631,59
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.276.279,42	-5.182.799,02
Juros e rendimentos similares obtidos	30	363.518,47	362.083,49
Juros e gastos similares suportados		-2.795,86	-3.269,49
Resultado antes de imposto		2.637.002,03	-4.823.985,02
Imposto sobre o rendimento do período	23	-270.251,25	-66.448,55
Resultado líquido do período		2.366.750,78	-4.890.433,57

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014 EURO	2013 EURO
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:			
Recebimentos de clientes		21.693.226,03	19.831.395,63
Pagamentos a fornecedores		-4.476.579,56	-3.745.791,94
Pagamentos ao Pessoal		-7.324.873,80	-7.726.461,05
Caixa gerada pelas operações		9.891.772,67	8.359.142,64
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-77.013,40	1.698,73
Pagamentos de IVA e retenções de impostos e taxas		-9.012.792,41	-7.390.721,80
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional		-213.262,74	-465.377,69
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		588.704,12	504.741,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e rendimentos similares		10.605,49	11.170,43
Dividendos			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-35.472,59	-104.123,29
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-24.867,10	-92.952,86
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		563.837,02	411.789,02
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		5.757.429,15	5.345.640,13
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6	6.321.266,17	5.757.429,15

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A. (“AASA” ou “Empresa”) com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, tendo por objecto principal a prestação de serviços que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto – Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro, constituiu a AASA com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja actividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas directa ou indirectamente às actividades de defesa, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AASA a concessão de serviço público objecto da respectiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro da Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AASA integram a concessão os bens móveis e imóveis afectos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- ❖ As infra-estruturas relativas à exploração da actividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes eléctricas, telefónicas, de sinal em fibra óptica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- ❖ Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas, (Anexo IV do contrato de concessão);
- ❖ Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respectivos acessórios utilizados para a exploração da actividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

A concessão atribuída tem a duração inicial de 30 anos e iniciou-se no dia 1 de Setembro de 2009.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), regulado nos seguintes diplomas legais:

- ❖ Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;
- ❖ Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Aviso nº 16555/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro;
- ❖ Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro.

Em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") que integram o SNC.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações Financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis incluem: (i) bens concessionados, (ii) bens reversíveis e (iii) bens próprios.

Consideram-se bens concessionados, todos os bens transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes activos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AASA., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da actividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Anos de vida útil
--	-------------------

Bens Concessionados

Edifícios e outras construções

5 - 30

Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros activos fixos	4 - 30

Anos de vida útil

Bens Próprios e Bens Reversíveis

Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos	1 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário e registada uma perda de imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base

no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2. Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis dos vários activos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.3. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

3.4. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um activo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas. Os activos subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efectuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

3.5. Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6. Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Cientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como activo corrente. Caso contrário são classificadas como activo não corrente.

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e

avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

3.7. Imparidade de activos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.8. Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- ❖ A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado;
- ❖ Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- ❖ Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

3.9. Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ajustado do imposto que lhe está associado.

Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

3.10. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas na data de relato.

3.11. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- ❖ Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- ❖ A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- ❖ O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- ❖ É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- ❖ Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- ❖ A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (HH's) imputados e os HH's estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizados nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes".

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto.

As variações nos trabalhos contratados são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12. Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos directamente atribuíveis aos activos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.13. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Activos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efectuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(iii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.14. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15. Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontram-se divulgados na Nota 13.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os gastos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez – garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança – minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira – garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, conforme disposições constantes no esclarecimento nº 13 da Comissão de Normalização Contabilística datado de 15 de Abril de 2013, a Empresa procedeu à alteração da forma de reconhecimento do subsídio do governo não monetário relacionado com activos não correntes depreciables (bens concessionados).

O subsídio associado à concessão de activos não correntes (bens concessionados) é reconhecido nos capitais próprios ajustado do respectivo imposto. Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento é também reconhecido o correspondente imposto e os gastos que se pretende que eles compensem (depreciações).

De forma a reflectir adequadamente os efeitos da alteração de política contabilística, a AASA procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras do exercício de 2012.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas nem foram identificados quaisquer erros.

6. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2014	2013
Numerário	5.750,00	5.750,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	665.516,17	1.751.679,15
Aplicações de Tesouraria	5.650.000,00	4.000.000,00
	<u>6.321.266,17</u>	<u>5.757.429,15</u>

A rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

7. Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2014 e 2013 podem ser detalhados como segue:

Entidade	2014				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados c)	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. a)	18.481.958,41	-	-	-	349.097,48
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. b)	457.263,36	-	-	231.295,00	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A. (Nota13)	-	-	-	850,00	-

OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (Nota 13)

-	-	-	36.380,00	-
18.939.221,77	0,00	0,00	268.525,00	349.097,48

2013

Entidade	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. a)	18.132.860,93	-	990,79	-	349.097,48
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. b)	177.321,51	-	-	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A. b)	3.075,00	-	-	5.565,43	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. b)	3.694,92	-	-	10.629,08	-
	18.316.952,36	0,00	990,79	16.194,51	349.097,48

a) Nota 15

b) Nota 13

c) Nota 28

8. Activos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2014							Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	
	Activo Bruto							
Saldo inicial	17.644.562,25	51.424.115,95	17.656.161,25	561.705,53	2.593.543,50	9.845.930,57	236.085,50	99.962.104,55
Aquisições/Valorizações	0,00	0,00	7.275,00	0,00	8.146,82	11.196,68	213.046,10	239.664,60
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	17.644.562,25	51.424.115,95	17.663.436,25	561.705,53	2.601.690,32	9.857.127,25	449.131,60	100.201.769,15

Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade

Saldo inicial	756.253,42	5.299.622,64	4.499.824,67	200.551,54	1.098.741,74	2.039.206,00	0,00	13.894.200,01
Depreciações do exercício	349.040,04	1.289.698,38	1.060.919,58	44.190,04	199.431,47	453.357,08	0,00	3.396.636,59
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saldo final	1.105.293,46	6.589.321,02	5.560.744,25	244.741,58	1.298.173,21	2.492.563,08	0,00	17.290.836,60
Activos Líquidos	16.539.268,79	44.834.794,93	12.102.692,00	316.963,95	1.303.517,11	7.364.564,17	449.131,60	82.910.932,55

	2013							Total
	Terrenos e	Edifícios e	Equip	Equip	Equip	Outros	Activos	
	Recursos	Outras	Básico	Transporte	Administrativo	Activos	F Tangíveis	
	Naturais	Constru				Tangíveis	em Curso	
Activo Bruto								
Saldo inicial	17.644.562,25	51.207.926,25	17.623.981,25	561.705,53	2.589.658,98	9.831.886,38	297.585,50	99.757.306,14
Aquisições	0,00	0,00	32.180,00	0,00	3.884,52	14.044,19	154.689,70	204.798,41
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	216.189,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-216.189,70	0,00
Saldo final	17.644.562,25	51.424.115,95	17.656.161,25	561.705,53	2.593.543,50	9.845.930,57	236.085,50	99.962.104,55
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	407.213,38	4.019.786,21	3.442.084,06	149.455,06	841.527,74	1.572.262,66	0,00	10.432.329,11
Depreciações do exercício	349.040,04	1.279.836,43	1.057.740,61	51.096,48	257.214,00	466.943,34	0,00	3.461.870,90
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	756.253,42	5.299.622,64	4.499.824,67	200.551,54	1.098.741,74	2.039.206,00	0,00	13.894.200,01
Activos Líquidos	16.888.308,83	46.124.493,31	13.156.336,58	361.153,99	1.494.801,76	7.806.724,57	236.085,50	86.067.904,54

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2014, os movimentos registados na rubrica "Activos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

Saldo Inicial	Aumentos do ano a)	Transferência para Activos Fixos	Saldo Final
---------------	--------------------	----------------------------------	-------------

Projecto de ampliação e aprofundamento do cais	236.085,50	-	-	236.085,50
Modernização da Oficina de Galvanoplastia	-	90.172,70	-	90.172,70
Beneficiação – Guindaste n.º 10	-	107.317,80	-	107.317,80
Aquisição e montagem de caudalímetro na ETAR	-	15.555,60	-	15.555,60
	236.085,50	213.046,10	-	449.131,60

a) –trabalhos para a própria entidade.

As Depreciações do período, no montante de 3.396.636,59 € foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 29).

Em 31 de Dezembro de 2014 os activos fixos tangíveis brutos, apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2014							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44
Bens Reversíveis	1.745.200,25	2.033.972,25	432.099,61	29.722,75	293.537,80	51.223,34	449.131,60	5.034.887,60
Bens Próprios	0,00	0,00	24.873,39	33.161,08	66.879,71	21.639,93	0,00	146.554,11
	17.644.562,25	51.424.115,95	17.663.436,25	561.705,53	2.601.690,32	9.857.127,25	449.131,60	100.201.769,15
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessionados	0,00	6.325.840,99	5.275.494,76	188.669,36	1.041.572,40	2.449.709,16	0,00	15.281.286,67
Bens Reversíveis	1.105.293,46	263.480,03	267.930,32	22.911,14	213.124,66	23.064,84	0,00	1.895.804,45
Bens Próprios	0,00	0,00	17.319,17	33.161,08	43.476,15	19.789,08	0,00	113.745,48
	1.105.293,46	6.589.321,02	5.560.744,25	244.741,58	1.298.173,21	2.492.563,08	0,00	17.290.836,60
Activos Líquidos	16.539.268,79	44.834.794,93	12.102.692,00	316.963,95	1.303.517,11	7.364.564,17	449.131,60	82.910.932,55

Os bens transferidos para a AASA., ao abrigo do contrato de concessão – bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru	Equip Básico	Equip Transporte	Equip Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Activos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, os movimentos ocorridos nos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2014		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial	77.810,00	0,00	77.810,00
Aquisições	2.011,10	0,00	2.011,10

Saldo final	79.821,10	0,00	79.821,10
Depreciações Acumuladas e			
Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	73.150,28	0,00	73.150,28
Depreciações do exercício	4.771,42	0,00	4.771,42
Saldo final	77.921,70	0,00	77.921,70
Activos Líquidos	1.899,40	0,00	1.899,40
2013			
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial	77.810,00	0,00	77.810,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Saldo final	77.810,00	0,00	77.810,00
Depreciações Acumuladas e			
Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	57.389,59	0,00	57.389,59
Depreciações do exercício	15.760,69	0,00	15.760,69
Saldo final	73.150,28	0,00	73.150,28
Activos Líquidos	4.659,72	0,00	4.659,72

As amortizações do período, no montante de 4.771,42 € foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 29).

10. Participações Financeiras

	2014	2013
Participação associativa - Relacre	500,00	500,00
Fundo de compensação do trabalho	354,35	-
	854,35	500,00

11. Locações

11.1. Locação Financeira

A Empresa adquiriu no exercício de 2011, equipamento informático em regime de locação financeira, cujo contrato terminou no exercício de 2013 e foram reconhecidos gastos com juros no montante de 662,33€, registados na rubrica "Gastos e perdas de financiamento".

Em 2014 não existem quaisquer contratos de locação financeira.

11.2. Locações Operacionais

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de Dezembro de 2014, as responsabilidades futuras ascendem a 140.709,65 €, repartidas da seguinte forma por anos:

	Rendas Vincendas			
	2015	2016	2017	2018
Finlog - 3 contratos	20.254,32	20.254,32	20.254,32	10.127,16
Finlog - 4 contratos	23.938,12	23.938,12	21.943,28	-
	44.192,44	44.192,44	42.197,60	10.127,16

No exercício de 2014 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 57.087,58 € (152.393,51 € em 2013) (Nota 26).

12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2014	2013
Matérias-primas, subsidiárias e consumo	403.617,49	420.509,17
Adiantamentos p/ conta de compras	920,75	12.445,43
	404.538,24	432.954,60

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	2014		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	420.509,17	420.509,17
Compras	10.818,00	1.078.379,98	1.089.197,98
Regularização de existências	-	18.182,02	18.182,02
Existências finais	-	403.617,49	403.617,49
Custo do Exercício	10.818,00	1.113.453,68	1.124.271,68

	2013		
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	356.620,05	356.620,05

Compras	83.268,00	1.160.319,61	1.243.587,61
Regularização de existências	-	10.253,94	10.253,94
Existências finais	-	420.509,17	420.509,17
Custo do Exercício	83.268,00	1.106.684,43	1.189.952,43

13. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2014	2013
Clientes	508.069,67	594.208,19
Clientes do Grupo (Nota 7)	457.263,36	184.091,43
Perdas por Imparidade	-551.064,20	-551.064,20
	414.268,83	227.235,42

A rubrica de clientes inclui:

SONASERVICE	129.275,33
ATEC – ASSOCIAÇÃO FORMAÇÃO PARA A INDÚSTRIA	4.507,95
Clientes de cobrança duvidosa	373.742,69
Outros	543,70
	508.069,67

O saldo devido pela “Sonaservice – Societé Naval de Service” referente aos serviços de reparação do navio patrulha da Marinha de Marrocos “El Lahiq”, foi liquidado no mês de Janeiro de 2015.

Durante o ano de 2014 não ocorreram movimentos na rubrica de perdas por imparidade.

2014				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	177.321,51	-	-	177.321,51
Naveiro Transportes Marítimos	324.841,62	-	-	324.841,62
Estaleiros Navais de Peniche	9.799,10	-	-	9.799,10
O2 - Tratamento e Limpezas	745,50	-	-	745,50
Geosolve	1.103,31	-	-	1.103,31
Fiutak Technologies	37.253,16	-	-	37.253,16
	551.064,20	0,00	0,00	551.064,20

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido em “Imparidade de dívidas a receber na Demonstração dos Resultados” foi como segue:

	2014	2013
Imparidade - dívidas a receber	-	48.901,07

14. Adiantamentos a Fornecedores

A rubrica de adiantamentos a fornecedores inclui o montante de 92.700,00€ liquidado ao fornecedor “Vianadecon – Construção Naval, S.A”.

Em 2014 foi assinado um contrato de aquisição de serviços de fornecimento e montagem de compartimentos habitacionais a bordo do navio “El Lahiq”, com a empresa “Vianadecon – Construção Naval, S.A.”, no valor de 309.000,00€.

O Adjudicatário prestou uma caução no valor de 19.003,50€, referente a 5% do valor contratualizado e recebeu um adiantamento de 92.700,00€, contra garantia bancária, referente a 30% do valor contratualizado.

15. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "Outras Contas a Receber" apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Outras Contas a Receber		
Accionistas (Nota 7)	18.481.958,41	18.132.860,93
Juros a receber	634,99	354,67
Prestações de serviços em curso (Nota 31)	156.278,50	21.870,00
Outros	717,30	6.326,67
	18.639.589,20	18.161.412,27

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Accionista" tinha a seguinte composição:

	2014	2013
Capital	17.063.061,67	17.063.061,67
Capital	200.000,00	200.000,00
Juros - vencidos em 2011	172.526,52	172.526,52
Juros - vencidos em 2012	348.175,26	348.175,26
Juros - vencidos em 2013 (Nota 30)	349.097,48	349.097,48
Juros - vencidos em 2014 (Nota 30)	349.097,48	-
	18.481.958,41	18.132.860,93

No dia 10 de Janeiro de 2013 foi celebrado um contrato de mútuo entre a AASA e a Empordef. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes deliberações unânimes por escrito, a AASA concedeu à Empordef que aceitou, os seguintes empréstimos:

Data da Deliberação Unânime	Valor	Prazo de Regularização
22 de Junho de 2010	3.000.000,00	4 de Julho de 2010
29 de Outubro de 2012	1.000.000,00	30 de Março de 2010
10 de Novembro de 2010	3.000.000,00	30 de Março de 2011
24 de Novembro de 2010	1.500.000,00	30 de Março de 2011
15 de Dezembro de 2010	2.500.000,00	15 de Março de 2011

16 de Dezembro de 2010	4.500.000,00	20 de Março de 2011
26 de Janeiro de 2011	1.500.000,00	23 de Julho de 2011
26 de Janeiro de 2011	1.000.000,00	24 de Fevereiro de 2011
	<u>18.000.000,00</u>	
Pagamento em 25.Fev.2011 ref à deliberação de 26.Jan.2011	-936.938,33	
	<u>17.063.061,67</u>	

No dia 16 de Março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a AASA e a Empordef, no qual, a AASA concedeu à Empordef que aceitou um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses.

Os empréstimos vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela AASA.

16. Composição do Capital Social , Reservas e Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 acções nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizado em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2014	2013
Saldo inicial	178.325,86	178.325,86
Aplicação do saldo do ano anterior	-	-
Saldo final	<u>178.325,86</u>	<u>178.325,86</u>

Nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2014	2013
Saldo inicial	-5.144.241,80	350.425,67
Aplicação do saldo do ano anterior	-4.890.433,57	-5.494.667,47

Saldo final	-10.034.675,37	-5.144.241,80
-------------	----------------	---------------

17. Outras Variações de Capital Próprio

De acordo com o esclarecimento n.º 13 da Comissão de Normalização Contabilística de Abril de 2013 os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos tangíveis depreciados devem ser reconhecidos nos capitais próprios ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação.

Desta forma, a rubrica “Outras variações no capital próprio” reflecte a quantia do subsídio não monetário deduzido do respectivo imposto e as rubricas “outras contas a pagar” (passivos não correntes e passivos correntes) passam a reflectir o referido imposto.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a informação relativa ao subsídio obtido do governo era como segue:

	31/12/2013	Rédito do ano	Ajustamento ano	Ajustamento alteração de taxa de IRC a)	31/12/2014
Capital próprio					
Outras variações no capital próprio					
Subsídios não monetários	82.550.982,34	-2.811.941,57			79.739.040,77
Ajustamentos em subsídios	-20.224.990,67		688.925,69	1.594.780,81	-17.941.284,17
	62.325.991,67	-2.811.941,57	688.925,69	1.594.780,81	61.797.756,60
Passivos não correntes					
Outras contas a pagar					
Ajustamentos em subsídios	19.524.990,67	-	-668.925,69	-1.594.780,81	17.261.284,17
	19.524.990,67	-	-668.925,69	-1.594.780,81	17.261.284,17
Passivos correntes					
Outras contas a pagar					
Ajustamentos em subsídios	700.000,00	-	-20.000,00	-	680.000,00
Total de passivos correntes	700.000,00	-	-20.000,00	-	680.000,00

a) – Alteração de taxa de imposto de 24,5% para 22,5%, de acordo com a Lei nº.828/2014, de 31 de Dezembro .

No exercício de 2014 o rédito reconhecido no período ascendeu a 2.811.941,57€ (Nota 28).

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores no ano de 2014 e 2013, nos termos da RCN nº34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 encontra-se listado no quadro seguinte:

PMP	2013				2014				Variação % 4ºT 2014/4ºT 2013
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	
Prazo - dias	67,47	67,59	76,86	79,16	77,12	77,02	65,23	52,16	-34%

19. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de Adiantamentos de Clientes incluía o adiantamento recebido da Sonaservice – Societé Navale de Service referente à reparação do navio patrulha da Marinha Real de Marrocos “El Lahiq”.

Durante o exercício de 2014 o movimento ocorrido na rubrica foi como segue:

Valor inicial do adiantamento com a assinatura do contrato	897.546,98
Regularização do adiantamento proporcionalmente aos trabalhos realizados	-602.157,47
	295.389,51

20. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2014	2013
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas	210.359,56	28.996,60
Retenção do IRS	132.532,95	141.661,30
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	200.660,13	1.011.398,43
CGA - Caixa geral de aposentações	228.183,10	229.480,12
Segurança social	30.735,96	28.230,53
Fundos de Compensação	67,81	-
	802.539,51	1.439.766,98

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2014		2013	
	activo	passivo	activo	passivo
Estimativa do imposto do exercício				
b)	-	264.283,22	-	56.676,26
Pagamento especial por conta a)	48.016,80	-	21.449,40	-
Pagamentos por conta	-	-	-	-
Retenções na fonte	5.906,86	-	6.230,26	-
	53.923,66	264.283,22	27.679,66	56.676,26
IRC		-210.359,56		-28.996,60

a) Inclui pagamento especial por conta liquidado em 2014 (26.567,40€) e em 2013 (21.449,40€).

b) Nota 23.

21. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas "Outras Contas a Receber" e "Outras Contas a Pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Outras Contas a Pagar		
Fornecedores de Investimento	1.666,45	3.091,50
Remunerações a liquidar a)	1.678.600,00	1.773.400,00
Renda - contrato de concessão b)	93.235,59	64.418,48

Outros acréscimos e gastos c)	185.343,00	187.345,02
Clientes - saldos credores d)	106.788,03	36.846,28
Outros devedores e credores e)	696.730,07	727.016,01
	2.762.363,14	2.792.117,29

- a) Inclui os gastos com férias e subsídio de férias referentes ao exercício de 2014 a liquidar em 2015. O decréscimo da rubrica decorre da diminuição do número de trabalhadores.
- b) Inclui o gasto do exercício de 2014 referente à renda da concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.º do contrato de concessão (Nota 26).
- c) Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 3º trimestre de 2013 (75.000,00 €), gastos com seguros (46.700,99 €) e gastos com consumo de energia eléctrica (17.092,30 €) referentes a 2014 mas facturados em 2015.
- d) Inclui o saldo do principal cliente – Marinha Portuguesa.
- e) Inclui

	2014	2013
Outros devedores e credores		
Ajustamentos em subsídios (Nota 17)	680.000,00	757.331,78
Outros	16.730,07	27.016,01
	696.730,07	727.016,01

O ajustamento do subsídio classificado como passivo corrente diz respeito ao imposto associado ao valor do subsídio a reconhecer como rédito no ano seguinte.

22. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas do activo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
<u>Diferimentos activos</u>		
Seguros	-	-
Outros gastos a reconhecer	19.112,11	12.996,80
	19.112,11	12.996,80
<u>Diferimentos passivos</u>		

Rendimentos a reconhecer (Nota 31)	736.515,78	1.299.485,00
Outros rendimentos diferidos	790,55	790,55
	737.306,33	1.300.275,55

23. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 23% sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Resultado antes de imposto	2.637.002,03	-4.823.985,49
Dedução de prejuízos fiscais	-1.838.934,04	-
	798.067,99	-
Taxa nominal de imposto	23,00%	25,00%
Imposto esperado	183.555,64	-1.205.996,37
Derrama - 1,5%	38.092,21	-
Derrama estadual	33.811,46	-
	255.459,31	-1.205.996,37
Diferenças permanentes	3.030,05	9.937,95
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	5.968,03	9.772,29
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	11.113,19	56.676,26
Outras	-5.319,33	8.175,36
Prejuízos fiscais gerados sem imposto diferido	-	1.204.495,09
Imposto sobre o rendimento do exercício	270.251,25	66.448,55
Taxa efectiva de imposto	10,25%	1,38%

IMPOSTO	2014	2013
Imposto corrente do exercício (Nota 20)	264.283,22	56.676,26
Imposto diferido gerado no exercício	5.968,03	9.772,29
	270.251,25	66.448,55

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer activo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

Descrição	Valor	Utilização	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2011 a)	2.032.919,90	-1.838.934,04	193.985,86	2015
Prejuízo Fiscal do ano 2012 b)	5.470.396,64	-	5.470.396,64	2017
Prejuízo Fiscal do ano 2013 b)	4.824.760,38	-	4.824.760,38	2018
	12.328.076,92	-1.838.934,04	10.489.142,88	

a) – o prejuízo fiscal do ano de 2011 pode ser deduzido aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2015.

b) - os prejuízos fiscais dos anos de 2012 e 2013 podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2017 e 2018 respectivamente. A dedução a efectuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70% do respectivo lucro tributável.

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2014	2013
Perdas de Imparidade	4.190,98	10.159,01
	4.190,99	10.159,01

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 foi como se segue:

	2014	2013
Saldo em 1 de Janeiro	10.159,01	19.931,31
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade	-5.968,03	-9.772,29
Saldo em 31 de Dezembro	4.190,98	10.159,02

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2011 a 2014 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

24. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014			2013		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	36.626,15	-	36.626,15	132.565,66	-	132.565,66
Prestações de Serviços	15.016.809,18	3.593.682,39	18.610.491,57	12.250.757,37	500.373,84	12.751.131,21
	15.053.435,33	3.593.682,39	18.647.117,72	12.383.323,03	500.373,84	12.883.696,87

As prestações de serviços distribuem-se da seguinte forma:

	2014	2013
D1 - Reparação Naval - militar	14.766.787,59	11.852.085,48
D1 - Reparação Naval - militar internacional	3.590.182,39	431.080,00

D2 - Reparação Naval - não militar	71.229,56	245.371,83
D3 - Construção	-	35.800,00
D4 - Manutenção Industrial	5.415,90	48.731,35
D5 - Laboratórios	94.992,44	67.137,39
D6 - Outros	81.883,69	70.925,16
	18.610.491,57	12.751.131,21

Destacam-se pela sua materialidade os seguintes contratos de prestação de serviços assinados em 2014 e 2013:

	Rédito do Período	
	2014	2013
NRP - António Enes	6.568.647,63	1.051.594,37
NRP - Zaire a)	1.361.166,97	1.036.091,84
NRP - Hidra	218.413,01	302.309,99
NRP - Sagres a)	574.123,51	-
PHM EL Lahiq a)	3.590.182,39	-
	12.312.538,71	2.389.996,20
Outros trabalhos - SRU'S e Eventuais	6.297.958,06	10.361.135,01
	18.610.491,57	12.751.131,21

a) – contratos de prestação de serviços em curso (Nota 31)

25. Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2014	2013
I.E.F.P - programa de estágios profissionais	16.343,78	3.177,03
Eurovip	-	7.007,40
	16.343,78	10.184,43

No exercício de 2013 e de 2012, foram recebidas verbas, no âmbito do projecto EUROVIP. Este projecto visa coordenar PME's na área Europeia marítima, associações, grandes empresas e instituições de pesquisa, para promover a aplicação dos resultados da investigação e

tecnologias inovadoras nas PME's, através da transferência de serviços, tecnologia e informação, pela colaboração técnica e operacional.

No exercício de 2014 o montante de 16.343,78 € (3.177,03 € em 2013), resulta da celebração de um programa de estágio profissional com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P).

26. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

	2014	2013
Subcontratos a)	588.929,77	295.654,88
Trabalhos Especializados	77.236,26	79.365,52
Publicidade e Propaganda	4.746,12	5.491,19
Vigilância e Segurança	94.305,31	94.293,12
Honorários b)	48.448,00	54.707,00
Conservação e Reparação c)	86.702,40	63.218,24
Materiais	44.116,50	18.198,17
Electricidade	368.488,08	374.419,48
Combustíveis	30.961,22	41.507,13
Gás	46.741,83	43.678,00
Deslocações, Estadas e Transporte	31.971,75	24.405,31
Rendas e Alugueres d)	171.154,02	236.172,35
Comunicação	19.823,06	22.192,08
Seguros e)	172.835,08	107.977,20
Contencioso e Notariado	1.260,00	975,49
Despesas de Representação	6.858,80	13.751,85
Limpeza, Higiene e Conforto	245.075,16	249.545,74
Diversos	6.195,15	45.581,82
	2.045.848,51	1.771.134,57

a) Os gastos com subcontratos dizem respeito a gastos com aquisição de serviços incorporados nos projectos de reparação naval. O aumento verificado face ao exercício de 2013 resulta do acréscimo do volume de negócio.

- b) Incluí os honorários da medicina do trabalho no montante de 32.030,40€ (34.432€ em 31 de Dezembro de 2013).
- c) O aumento verificado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, resultou essencialmente de um acréscimo dos gastos de reparação com equipamento do estaleiro (Gruas, Plataformas, Carros Eléctricos, Báscula de 60 Ton, Equipamento de Raio X).
- d) Incluí:

	2014	2013
Rendas de aluguer de viaturas – (Nota 11)	57.087,58	152.393,51
Renda do contrato de concessão - (nota 21)	93.235,59	64.418,48
Outras	20.830,85	19.360,36
	171.154,02	236.172,35

- e) O aumento verificado no exercício de 2014 resulta do acerto do prémio do seguro marítimo de responsabilidade cível em resultado do acréscimo do volume de negócio.

27. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2014 e 2013 é a seguinte:

	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	200.333,80	144.730,47
Remunerações do Pessoal	10.172.086,49	11.569.367,82
Encargos sobre Remunerações	2.510.555,16	2.592.251,22
Seguros de Acidentes no Trabalho	141.436,25	148.786,66
Gastos de Acção Social	47.538,33	70.661,22
Outros Gastos com o Pessoal	85.584,87	74.327,31
	13.157.534,90	14.600.124,70

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 o número de pessoas ao serviço da Empresa foi, respectivamente, 516 e 561.

O decréscimo dos gastos com pessoal no exercício de 2014, quando comparado com o exercício anterior, está relacionado com (i) a diminuição do número de efectivos e (ii) a reposição dos subsídios (Férias e Natal) aos funcionários do Estado no exercício de 2013.

No exercício de 2013, foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

No exercício de 2014, foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro e Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro.

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração, foram as seguintes:

Conselho de Administração	2014	2013
Remuneração anual - íliquida	192.333,85	137.529,78
Estimativa Férias e Sub de Férias a pagar no ano seguinte	7.999,95	7.200,69
	200.333,80	144.730,47
Encargos sobre remunerações	40.776,95	29.285,45
Encargos sobre remunerações - Estimativa	3.216,40	2.294,61
Gastos com seguros de saúde	1.231,57	1.474,82
	245.558,72	177.785,35

Nos exercícios de 2014 e 2013 foi aplicado o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

28. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, a rubrica "outros rendimentos e ganhos" têm a seguinte composição:

	2014	2013
Subsídio não monetário - bens concessionados a)	2.811.941,57	2.862.616,52
Aluguer de espaços e equipamento b)	258.342,99	15.621,78
Outros	78.205,20	26.105,33
	3.148.489,76	2.907.343,63

- a) subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (Nota 17).

- b) encontra-se registada a facturação da cedência de espaço à empresa ENVC – 227.595€ (Nota 7).

29. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2013	2013
Activos Tangíveis (Nota 8)	3.396.636,59	3.461.870,90
Activos Intangíveis (Nota 9)	4.771,42	15.760,69
	3.401.408,01	3.477.631,59

As depreciações dos activos tangíveis, incluem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de Dezembro de 2014 ascenderam a 2.811.941,57€ (2.862.616,52€ em 2013).

30. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2014	2013
Juros Obtidos de Depósitos	14.420,99	12.986,01
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota15)	349.097,48	349.097,48
	363.518,47	362.083,49

31. Contratos de Prestação de Serviços em Curso

A data de 31 de Dezembro de 2014 a informação relativa aos contratos de prestação de serviços em curso, pode ser analisada como segue:

	% de Acabamento
NRP - Sagres	40,00%
PHM EL Lahiq	60,00%
NRP - Zaire	69,00%

	Rédito Total	Facturação Emitida	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores	
					por acréscimo de Rendimento	Adiantamento Recebido
Projectos em curso	10.898.167,06	7.141.807,21	6.561.569,92	736.515,78	156.278,50	295.389,51

	2014	2013
Réditos Acumulados	6.561.569,92	2.389.996,21
Gastos Acumulados	6.088.318,21	2.072.233,40
Resultado Acumulado	473.251,72	317.762,81

32. Resultado por Acção

O Resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 foi determinado conforme se segue:

	2014	2013
Resultado líquido do período	2.366.750,78	-4.890.433,57
Número médio ponderado de acções	6.480.000	6.480.000
Resultado por acção básico	0,37	-0,75

33. Outras Informações

No ano de 2014, correu termos duas acções interpostas pelo consórcio “Iberlim – Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.” e “SLIMCEI – Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda.” contra a Arsenal do Alfeite, S.A.

No âmbito da primeiro processo de injunção (Processo n.º 1179/13.7BEALM - Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada), a Autora reclama o pagamento da quantia de 20.560,66 € acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a 2.122,73€, referentes à alegada falta de pagamento de facturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A. apresentou oposição à injunção, aguardando-se marcação de julgamento.

O segundo processo interposto pelo consórcio corresponde a uma acção administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT – Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos actos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€. Foi igualmente apresentada contestação, aguardando-se notificação para alegações escritas.

Continuou ainda a correr termos os processos de insolvência da “Naveiro – Transportes Marítimos, S.A” em que foram reclamados créditos pela Arsenal do Alfeite, S.A no montante de 329.516,78€, tendo-se apenas conhecimento à data da graduação dos créditos reclamados.

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a “FIUTAK Industries GmbH”, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€ acrescido dos respectivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para acção declarativa após oposição da Ré.

34. Eventos Subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afectem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação.

35. Informações Sobre Matérias Ambientais

Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Sustentabilidade Ambiental” do Relatório Governo da Sociedade de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Anexo

Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do
Fiscal Único relativos ao exercício findo em 31 de
dezembro de 2014





Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Arsenal do Alfeite, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 108.809.717,37 euros e um total de capital próprio de 86.708.157,87 euros, incluindo um resultado líquido de 2.366.750,78 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Arsenal do Alfeite, S.A., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para o facto de que, conforme referido na nota 15 do anexo às demonstrações financeiras e tal como em exercícios anteriores, a Arsenal do Alfeite, S.A. apresenta no ativo corrente créditos relativos a financiamentos concedidos à Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A., no montante total de 18.481.958,41 euros (incluindo 1.218.896,74 euros de juros vencidos e 200.000,00 euros relativos a um empréstimo cujo prazo de pagamento é automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses) cujas condições de reembolso não se encontram clarificadas, uma vez que o contrato de mútuo, celebrado em 10 de janeiro de 2013, que atualmente suporta o montante de 17.063.061,67 euros, não prevê as condições de reembolso.

19 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão, o Relatório de governo societário e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a informação prestada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado. Conforme referido no Relatório de Gestão, que contém um capítulo individualizado sobre o cumprimento das orientações legais, de acordo com o modelo previsto no Anexo I do Ofício circular nº 832 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, as mesmas foram cumpridas, designadamente as medidas de redução remuneratória, nos termos da lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro. Relativamente ao Relatório de governo societário o mesmo inclui os elementos previstos na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, estando o modelo adotado em conformidade com as orientações previstas no Ofício circular nº 1211 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.
- v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) sejam aprovados o Relatório de gestão e o Relatório de governo societário;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

19 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.

Relatório e Contas

2014

Edição

Arsenal do Alfeite, S.A.

Design

Gabinete de Estudos e Projectos

Arsenal do Alfeite, S.A.

Alfeite

2810-001 Almada

Telefone: + 351 210 950 800

Fax: + 351 210 950 957

arsenal@arsenal-alfeite.pt

www.arsenal-alfeite.pt

